

Religião, democracia e a extrema direita



Organizadoras

Christina Vital da Cunha

Marilene de Paula



Autores

Ana Paula Miranda

Camila Rocha

Esther Solano

Flávia Biroli

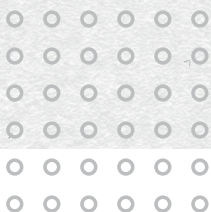
Flávia Rios

Michel Guerman

Nina Rosa

Olívia Bandeira

Ricardo Mariano



Ficha Técnica

Religião, democracia e a extrema direita
Setembro, 2023

Realização:

Fundação Heinrich Böll
Instituto de Estudos da Religião (ISER)

Organizadoras:

Marilene de Paula e Christina Vital

Assistente de edição:

Manoela Vianna e Paula Gonçalves

Pesquisa iconográfica:

Victor Ribeiro e Marc Vicent

Projeto gráfico, diagramação e arte da capa:

Beto Paixão
betopaixao.jf@gmail.com

Autores/as:

Christina Vital (org.)
Marilene de Paula (org.)
Ricardo Mariano
Flávia Biroli
Nina Rosas
Ana Paula Miranda
Olívia Bandeira
Michel Gherman
Flávia Rios
Camila Rocha
Esther Solano

CC-BY-NC-ND:

Atribuição – Sem uso comercial
Sem derivados 4.0

[Veja a explicação da licença aqui:](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode)

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Religião, democracia e a extrema direita [livro eletrônico] / organização
Marilene de Paula, Christina Vital. – 1. ed. – Rio de Janeiro :
Fundação Heinrich Böll, 2023.
PDF

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-87665-16-0

1. Democracia 2. Direita e esquerda (Política) 3. Religião e política -
Brasil I. Paula, Marilene de. II. Vital, Christina.

23-165400

CDD-306.6

S U M Á R I O

Página

05

Apresentação

[Marilene de Paula](#)

Página

08

Religião e política no Brasil: um breve balanço de pesquisas entre os anos 2013-2023

[Christina Vital](#)

Página

15

Ativismo político evangélico conservador e de direita: panorama recente

[Ricardo Mariano](#)

Página

20

Conflitos em torno do gênero, conservadorismo antidemocrático e suporte popular

[Flávia Biroli](#)

Página

26

Religião e política: breves reflexões e proposições a partir de um olhar sobre os evangélicos

[Nina Rosas](#)

Página

33

Política de terreiros e política para terreiros: violações, reconhecimento de direitos, espaço público e resistências dos “povos tradicionais de matriz africana”

[Ana Paula Miranda](#)

Página

51

Poder religioso e múltiplas mediações comunicacionais

[Olívia Bandeira](#)

Página

58

Bolsonarismo e a extrema direita no Brasil: uma reflexão sobre origens e destinos

[Michel Gherman](#)

Página

66

Como pensar a democracia após um governo de extrema direita?

[Flávia Rios](#)

Página

71

Significados da família: baseado em pesquisa realizada para a agência nova s/b

[Camila & Esther](#)

Apresentação

Há 10 anos, quando a Fundação Heinrich Böll e o Instituto de Estudos da Religião (ISER) lançaram sua primeira publicação conjunta, os grupos cristãos, em especial os evangélicos, e seu poder na política e na sociedade estavam se tornando relevantes no debate público. Queríamos entender o projeto político neoliberal, conservador e extremista que já naquele momento se avizinhava como forte componente da política brasileira. Naquele ano o deputado federal Pastor Marco Feliciano, contrário à ampliação e garantia de direitos para mulheres, população LGBTQIA+, povos originários, foi eleito para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara federal. Antes ocupada historicamente pelas esquerdas, esse movimento das lideranças evangélicas dava um recado claro: estaria em disputa o significado de Direitos Humanos, família e gênero. Não foi à toa durante o governo Bolsonaro o nome do ministério tendo à frente Damare Alves se chamar da Mulher, da Família (ambos no singular) e dos Direitos Humanos.

A discussão sobre as dinâmicas políticas no Brasil passa hoje por olhar também os religiosos cristãos, principalmente evangélicos e católicos, suas preferências, seus discursos e práticas nas relações sociais com outros representantes da sociedade. Os remeximentos nessas relações são comuns, ascensão e queda de grupos de poder é uma constante na política. Mas por que essa temática (e suas lideranças) ganhou tanta notoriedade nos debates políticos? Alguns dados nos ajudam a entender esse momento político. No Congresso Nacional, a nova legislatura (2023-2026) pelas contas do atual presidente da Frente Parlamentar Evangélica, o deputado Sóstenes Cavalcante, conta com 132 deputados e 14 senadores – levando em conta que, entre eles, há evangélicos e simpatizantes conservadores do bloco. Na sociedade, segundo pesquisa do Datafolha de 2020¹, 31% da população brasileira é evangélica hoje. Algumas projeções já afirmam que essa população irá superar a católica nos próximos 15 anos. É impossível andar pelas periferias brasileiras sem tropeçar em algum templo das várias denominações evangélicas existentes. Segundo dados do CEM/Cepid, o número de templos passou de 62,8 mil, em

¹ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>

2010 para 109,5 mil em 2019². Dados de 2019 apontam que existem 963 emissoras evangélicas de rádio e 264 católicas³ e segundo pesquisa do Intervozes e do Repórteres Sem Fronteiras dos 50 veículos de maior audiência ou capacidade de influenciar o público brasileiro, ao menos 9 são controlados por lideranças religiosas cristãs, católicas ou evangélicas, além da compra de espaços em televisões abertas para divulgação de programas de cunho religioso.

Essa capilaridade na sociedade coloca os grupos cristãos conservadores no centro da cobiça dos políticos, em especial da extrema direita, formada também por lideranças religiosas cristãs. A receita de engajamento dessa população segue a de outros políticos internacionais: medos sociais, teorias da conspiração, negacionismo, antife-minismos, necessidade de intervenção militar, corrupção, ódio à população LGBTQI+ e etc. O fato de Lula ter ganho as eleições por uma margem de menos de 1% de Jair Bolsonaro (Lula, 50,83% – Bolsonaro, 49,17%) mostra que a extrema direita saiu derrotada, porém, permanece como um grande adversário das esquerdas no país. O ecossistema da desinformação e dos discursos de ódio continuam ativos ajudando a fomentar uma plataforma política eleitoral.

A superação da “desdemocracia” é tarefa de décadas. Neste sentido, há muitas perguntas que seguem fazendo sentido: Como se comportarão os grupos cristãos ultra-conservadores com um governo progressista? Os recentes escândalos de corrupção envolvendo Bolsonaro e sua inelegibilidade, o que supostamente o coloca fora do jogo, nos faz perguntar: quem irá fazer no debate público mais amplo a ponte com os radicalizados? E numa conjuntura econômica mais favorável, como os números já estão demonstrando, as críticas ao atual governo continuarão tão fortes? As estratégias midiáticas da extrema direita continuarão as mesmas? Que mecanismos e estratégias os cristãos ultraconservadores irão utilizar contra as políticas públicas de inclusão que são contrárias a seus interesses? Como as esquerdas podem estabelecer diálogos pela democracia como o campo conservador? De onde vem tanto dinheiro para manter a máquina da desinformação funcionando? As mulheres são peças importantes para esse projeto da extrema direita, mas ao mesmo tempo, foram elas que contribuíram decisivamente para a vitória de Lula, tem uma contradição aí? A bancada religiosa fundamentalista terá ainda mais espaço dentro do novo governo? Essas e outras perguntas fizeram

² <https://www.bbc.com/portuguese/articles/crgl7x0e0lmo#:~:text=Brasil%20Partido&text=Uma%20proje%C3%A7%C3%A3o%20feita%20pelo%20dem%C3%B3grafo,Brasil%20na%20d%C3%A9cada%20de%202030>.

³ Oro, Pedro Ari; Tadvald, Marcelo: *Consideraciones sobre el campo evangélico brasileño*. 2019 Nueva Sociedad N 180.

parte de duas rodas de conversa promovidas pela Fundação Heinrich Böll e o Instituto de Estudos da Religião (ISER), em abril e setembro de 2023. A presente publicação **Religião, democracia e a extrema direita**, traz um conjunto de artigos de destacados pesquisadores e pesquisadoras da área da ciência social da religião, que participaram dessas duas jornadas. A intenção era se debruçar sobre essas e outras questões que nos afligiam e colocavam em destaque os últimos anos.

Os artigos de Christina Vital (ISER e UFF), co-organizadora da publicação, Ana Paula Miranda (UFF), Camila Rocha (CEBRAP) e Esther Solano (UNIFESP), Flávia Biroli (UNB), Flávia Rios (UFF), Michel Gherman (UFRJ), Nina Rosa (UFMG), Olivia Bandeira (UNICAMP e Intervozes) e Ricardo Mariano (USP) contribuem para uma leitura política do Brasil contemporâneo e a pensar como coibir o avanço da extrema direita na sociedade. Entender esse fenômeno gestado há décadas e que ganhou destaque nos últimos anos é tarefa fundamental, se queremos um mundo mais justo e democrático.

Boa leitura!

Marilene de Paula

Religião e política no Brasil: um breve balanço de pesquisas entre os anos 2013-2023¹

Christina Vital da Cunha²

Manifestantes protestam contra a permanência do dep. Pr. Marco Feliciano (PSC-SP) na presidência da CDH, durante Audiência Pública, 27/03/2013

Foto: Alexandra Martins / Câmara dos Deputados

1 Este artigo foi apresentado no Encontro *Democracia, religiões e extrema direita no Brasil contemporâneo*: uma parceria entre o ISER e a Fundação Heinrich Böll, realizado no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 2023, sob a coordenação de Christina Vital da Cunha e Marilene de Paula. O encontro foi a celebração de uma parceria entre o Instituto de Estudos da Religião e a Fundação Heinrich Böll na qual exercitamos uma confiança mútua e dessa confiança resultaram muitos produtos dentre os quais esta iniciativa que se apresenta como uma oportunidade raríssima: a criação de um espaço de reflexão e de diálogo, presencial e potencialmente nutritivo intelectual e afetivamente para todos e todas nós. Gostaria de fazer alguns agradecimentos especiais. O primeiro deles à Marilené pela interlocução sempre estimulante, respeitosa e frutífera. Mudaram muitas pessoas tanto no ISER quanto na hbs ao longo desses anos e nos mantivemos como elos de contato entre gerações institucionais. A segunda saudação especial é à nova direção executiva do ISER nas pessoas de Ana Carolina Evangelista, Clemir Fernandes e Luna Rozenbaum pelo dinamismo e responsabilidade na gestão da casa e pela renovação institucional, cuja área de religião hoje é maior do que já foi em qualquer momento desses 21 anos em que integro o ISER. Outra saudação e agradecimento importantíssimos é ao querido Paulo Victor Leite Lopes, parceiro nas duas primeiras publicações desta parceria entre ISER e hbs, antropólogo e professor da UFRN, e ao mais recente parceiro nesta jornada, o querido João Luiz Moura, mestre em Ciências da Religião e integrante da equipe do Ministério dos Direitos Humanos. Por fim, agradeço a toda a equipe de religião do ISER e da hbs por todo o apoio na organização deste encontro, em especial Livia Reis, Laryssa Owsiany e Manoela Vianna.

2 Christina Vital da Cunha é professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), autora do livro *Oração de Traficante: uma etnografia* (Editora Garamond/Faperj) e co-autora dos livros *Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres* e *de LGBTs no Brasil* e *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e eleições 2014*, ambos em parceria ISER-hbs, coordenadora do LePa/UFF - Laboratório de Estudos em Política, Arte e Religião, Editora da revista *Religião & Sociedade* e colaboradora do ISER desde 2002.

É verdade que a religião foi objeto de pesquisa marginal entre sociólogos e cientistas políticos durante algumas décadas do século XX, como podemos observar a partir de artigos de balanço feitos por cientistas sociais da religião desde os anos 1970 (Alves, 1978; Fernandes, 1984; Montero, 1999; Almeida e Montero, 2001; Maluf, 2011; Burity, 2021). No entanto, dinâmicas sociais as mais variadas passaram a ser atravessadas de modo incontornável pelo religioso na forma de símbolos, narrativas, atores, gramáticas e estéticas. Assim, ao estudar meio ambiente, questões urbanas, raciais, de gênero e sexualidade, economia, crime violento, movimento social e política institucional nos deparamos com sujeitos e manifestações religiosas de modo ora mais, ora menos central, mas sua presença se tornou evidente.

Foi então que há 12 anos a Fundação Heinrich Boll procurou o Instituto de Estudos da Religião com o intuito de realizarmos em parceria uma pesquisa sobre as eleições 2010 com foco nos grupos religiosos durante aquela campanha eleitoral. Nesta primeira pesquisa que resultou no livro *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil* nossa questão inicial era compreender os mecanismos e técnicas empregados por evangélicos na disputa eleitoral, na vida partidária e em suas atuações no Congresso Nacional. O acompanhamento daquelas eleições e das forças que se organizaram principalmente no apoio à Dilma Rousseff (PT) e a José Serra (PSDB), ambos então candidatos à Presidência da República, foi importante para os primeiros passos da investigação, mas a análise minuciosa da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), das ações governamentais de combate à homofobia e as reações a ela e à questão do aborto ganharam força no curso da investigação.

Deste modo, identificamos pioneiramente entre os estudos de sociologia e antropologia da religião que a FPE se organizava em torno de sete eixos/agendas: saúde, educação, questão indígena, questão da mulher, violência contra a criança, questão LGBTQIA+ e pedofilia. Observem que a temática da família não aparecia diretamente, mas era um grande guarda-chuva em termos das preocupações e ações do grupo. Era um tema transversal, digamos. Para acompanhar cada um dos trâmites ligados a esses eixos/agendas, os parlamentares da frente designavam funcionários de seus gabinetes como responsáveis por acompanhar os projetos em tramitação, informar o parlamentar indicado sobre eles, orientar-lhes o voto etc. Outro mecanismo de exercício de poder por parte dos integrantes da FPE era a ocupação coordenada de comissões estratégicas diante de seus interesses temáticos, como a Comissão de Constituição e Justiça (por onde passam regularmente todos os projetos que tramitam no Congresso Nacional),

a Comissão de Ciências e Tecnologia (Vital da Cunha, 2017), a Comissão de Direitos Humanos (Vital da Cunha e Lopes, 2012) entre outras. Além do material de mídia e de trabalho de campo no Congresso Nacional, realizamos entrevistas em 2012 com os então deputados federais Jair Bolsonaro, Pastor Marco Feliciano, Bispo Manoel Ferreira, Marta Suplicy, Jean Willys, a secretária da FPE Damare Alves, entre outros e outras.

Por que compreender a atuação de evangélicos na política institucional parecia especialmente importante naquele momento? Uma pergunta que não nos colocaríamos hoje dada a proeminência desses atores na vida pública nacional. Talvez essa pergunta já não fizesse sentido para alguns pesquisadores da religião, estudiosos do posicionamento político de evangélicos desde a Assembleia Constituinte em 1987. No entanto, no âmbito da sociedade civil e dos movimentos sociais, uma perplexidade em relação àquela emergência súbita e inexplicável do religioso prevalecia. Sentimentos de repulsa e rejeição eram dominantes. Esses sentimentos cresciam e culminaram em diferentes reações como, por exemplo, diante da vitória do deputado federal Pastor Marco Feliciano para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal em março de 2013, ano em que lançamos a primeira publicação resultante da parceria entre ISER e hbs (Vital da Cunha e Lopes, 2012). Uma das reações foi a criação do MEEL (Movimento Estratégico pelo Estado Laico)³. Naquele momento, a laicidade emergia no movimento social e em partidos de esquerda como um “antídoto” contra o “veneno” que parecia se materializar nas forças religiosas que se pronunciavam na sociedade (com destaque para as evangélicas de perfil conservador). Nesse sentido, as eleições de 2010 e os eventos imediatamente ocorridos na política nacional pareciam inaugurar uma nova atuação de religiosos: ostensiva e mais orgânica, ainda que disputas partidárias (entre PSC e PRB à época) e denominacionais (principalmente a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus) ocorressem no parlamento e na sociedade.

Este primeiro livro da parceria circulou entre acadêmicos em congressos da área e entre ativistas. Fui pelo Brasil participando de encontros com movimentos de mulheres, LGBTQIA+, religiosos, Movimento dos Sem Terra, secretarias de estado, OAB etc.. Tentávamos, assim, exercitar uma imaginação sociológica gerando dados, informações e análises que pudessem combater medos e apatias e que estimulasse, assim, à participação social⁴.

³ <http://www.meel.org.br/>.

⁴ Conforme Charles Wright Mills em *A Imaginação Sociológica*, livro publicado originalmente em 1959 e no Brasil em 1969, mas absolutamente atual e necessário.

Em *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e eleições 2014* (Vital da Cunha, Lopes & Lui, 2017), segundo livro resultante da parceria entre ISER e hbs, acompanhamos dois processos que correram conjuntamente: a primeira candidatura confessional evangélica à Presidência da República na figura do Pastor Everaldo, assembleiano com longa história nos bastidores da política no estado do Rio de Janeiro; e a candidatura do “bispo licenciado da IURD”⁵, Marcelo Crivella, para o governo do estado do Rio de Janeiro. Uso o termo “confessional” ao me referir à candidatura de Everaldo, pois essa candidatura revelava uma missão ao mesmo tempo partidária (do PSC), denominacional (da Assembleia de Deus) e evangélica. Ou seja, o lançamento dessa candidatura e parte das reações iniciais a ela resultaram de uma estratégia que levava em conta o fortalecimento público de evangélicos com perfil conservador e fundamentalista no Brasil. Observamos ali a revelação de um perfil conservador nos costumes e na defesa da “tradição brasileira” e, ao mesmo tempo, empresarial, favorável à economia de mercado. Essas características foram identificadas pelo cientista político Adriano Codato relativas ao crescimento e ao perfil da nova direita no país. Com base em dados de uma pesquisa na qual ele analisou mais de 7 mil deputados federais entre 1945 e 2014, afirma: “Em vez do arquétipo do ‘coronel’, do grande proprietário de terras do nordeste, o deputado de direita hoje, tipicamente, é identificado na figura do pastor evangélico do sudeste, e nos comunicadores de rádio e tv [...]. E, em vez de pertencerem a grandes legendas, emergem de pequenas siglas, cuja estratégia bem-sucedida tem pulverizado o sistema partidário. [...] O fenômeno da ‘direita envergonhada’ - presente no Brasil nas últimas três décadas, desde o fim da ditadura militar - parece estar com os dias contados”⁶. A reflexão parece tão atual e já tem quase 10 anos.

Em apoio à candidatura do Pastor Everaldo foi lançada uma carta intitulada “Antes pedintes, hoje negociadores”, assinada por Robson Rodovalho, ex-deputado federal e desde sempre líder da Igreja Sara Nossa Terra. Era notável que a revelação da identidade religiosa foi um recurso central na campanha do Pastor Everaldo, enquanto a estratégia de Marcelo Crivella oscilava entre ocultar sua participação religiosa na IURD em programas eleitorais e nos debates, e revelar sua histórica e consistente contribuição para a formação do império iurdiano quando estava diante de um público evangélico. Além disso, usava um tom de voz ora altivo, comum à alta hierarquia católica, ora tão pacífico que alguns comentavam que ele mais parecia um monge budista diante das

⁵ A expressão segue entre aspas porque se trata de um modo a partir do qual o próprio candidato se referia a si mesmo: “bispo licenciado”.

⁶ Disponível em: <https://jornalggn.com.br/congresso/o-avanco-da-direita-no-congresso-e-o-novo-perfil-dos-eleitos/>

técnicas corporais plácidas, da fala pausada em nada similares à expressão corporal frenética de pastores neopentecostais nos púlpitos das igrejas.

Colocar em perspectiva essas duas campanhas nos permitiu observar clivagens nas estratégias de poder de políticos religiosos, partidos e denominações. Nas eleições de 2014 chamava atenção o sentimento de medo e a recorrência no uso da ideia de tradição: não mais a família natural, mas a família tradicional; não mais a referência biológica e até antropológica ao papel da mulher – tal como foi defendido por pastores midiáticos em audiências públicas no Congresso Nacional –, mas o papel tradicional das mulheres que garantiriam a sobrevivência da espécie. Ou seja, um papel fundamental para a vida administrativa e emocional do lar e para a sociedade (como vimos em todas as entrevistas realizadas ao longo desses anos de trabalho de campo).

A tradição opera como um valor social e como uma estratégia de comunicação e produção de rede entre atores religiosos fazendo emergir ou “ressignificando” o grupo dos cristãos (composto por pentecostais, protestantes, católicos e também kardecistas – mas não sempre).

As bases para a emergência de uma Retórica da Perda (Vital da Cunha, 2020) estavam lançadas. Nas eleições de 2014, 74% da população clamava por mudanças, mas não em direção ao futuro (Vital da Cunha, Lopes & Lui, 2017). O desejo dessa maioria era a recuperação de um *status quo ante* e eram anunciadas em várias direções: na forma de demandas por segurança financeira (empregabilidade) e material (contra a violência urbana), demandas por ordem e o retorno de valores tradicionais. Assim, era possível observar formas de reação ao “globalismo” entre evangélicos em mídias sociais e nos púlpitos denunciando o que seria uma perda de referenciais morais, de compromisso, de valores. Ao mesmo tempo, chamou nossa atenção naquele período a organização (criação e aquecimento) de redes evangélicas progressistas, sobretudo pós-impeachment da presidente Dilma Rousseff.

A parceria entre o ISER e a Fundação Heinrich Böll se atualizou em outras pesquisas que realizamos acompanhando conservadores e extremistas religiosos no Brasil. No entanto, demos início ao acompanhamento sistemático de candidaturas e coletivos progressistas de evangélicos, católicos e afro a partir das eleições municipais de 2020. Algumas questões importantes foram observadas. A primeira delas foi a disputa pela “verdadeira” identidade evangélica. Para alguns ela era “naturalmente” conservadora. Para outros, o fundamentalismo não corresponderia à verdade bíblica. A “verdadeira”

identidade evangélica seria progressista, tal como Cristo o foi em sua época. Outra observação nessas investigações foi a aliança estratégica de evangélicos e católicos progressistas com vistas à política institucional e como meio de amplificar e incidir sobre a garantia de direitos para minorias raciais, sexuais, de gênero e classe social. Até então, a bibliografia especializada era farta em exemplos dessa coalizão entre católicos e evangélicos à direita, mas não entre progressistas na política nacional contemporânea. Sendo assim, acompanhamos uma multiplicidade de grupos criados sobretudo a partir de 2016 abarcando a diversidade de evangélicos no Brasil hoje (Vital da Cunha, 2021a; Vital da Cunha & Moura, 2021).

Os afroreligiosos não eram alvo inicial do interesse institucional (ISER e hbs) no que dizia respeito à investigação política. No entanto, em 2012, com recursos do CNPQ/UFF e da FAPERJ⁷, começamos a acompanhar políticos e religiosos afro organizados em uma frente no Congresso Nacional. Tomando como base que “em público é preciso se unir”, título do artigo da antropóloga Ana Paula Miranda (2017) sobre os modos de fazer política nesse segmento, passei a um estudo comparativo da Frente Parlamentar de Terreiros, como ficou mais conhecida na grande mídia, em duas legislaturas: desde a sua formação em 2011 até 2018 (Vital da Cunha, 2021b). Trata-se do primeiro trabalho acadêmico de acompanhamento desta frente. Sobre a FPT nessas duas legislaturas acompanhadas, observamos que o perfil de atuação era inteiramente distinto das outras duas frentes religiosas no Congresso Nacional. A FPT era composta integralmente por deputados filiados a partidos de esquerda e centro esquerda. Não havia líderes religiosos afro entre seus signatários e o alvo de sua militância era combater à violência racial e religiosa, a defesa da cultura afro-brasileira e a defesa do território afroreligioso. Em 2023 uma nova composição desta frente se anuncia com a participação de homens e mulheres que se identificam como de matriz afroreligiosa, valorizando o pertencimento e a militância racial e religiosa no exercício parlamentar.

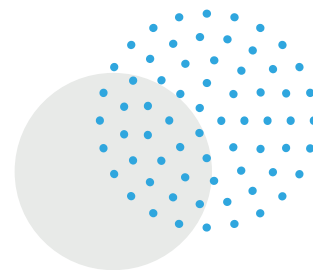
Com esta breve exposição da participação político religiosa no Brasil dos últimos 10 anos chamo atenção para um jogo social que não está ganho por parte dos conservadores e extremistas, como se faz parecer entre eles e entre seus críticos, embora ainda prevaleçam nas estruturas partidárias e denominacionais.

⁷ Projeto de pesquisa coordenado por Christina Vital da Cunha “Religiões no Espaço Público: uma análise socioantropológica da Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Tradicionais de Terreiros”, em curso com bolsistas CNPq/UFF desde 2012 e com recursos da FAPERJ entre 2014-2015.

Referências bibliográficas:

- ALMEIDA, Ronaldo. MONTERO, Paula. **Trânsito religioso no Brasil**. São Paulo em Perspectiva, 15(3) 2001.
- ALVES, Rubem. **A volta do sagrado: os caminhos da sociologia da religião no Brasil**. Religião & Sociedade, n. 3, 1978.
- FERNANDES, Rubem César. **Religiões Populares: uma Visão Parcial da Literatura Recente**. BIB, Rio de Janeiro, n. 18, pp. 3-26, 2º Semestre, 1984.
- MALUF, Sonia. **Além do templo e do texto: desafios e dilemas dos estudos de religião no Brasil**. Antropologia em primeira mão / Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC / Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011 - v.124; 22cm ISSN 1677-7174.
- MIRANDA, Ana Paula; BONIOLO, Roberta Machado. **Em público é preciso se unir: conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro**. Religião & Sociedade, v. 37, p. 86-119, 2017.
- MONTERO, Paula. **Religiões e dilemas na sociedade brasileira**. In: O que ler na Ciência Social brasileira. São Paulo: Ed. Sumaré; ANPOCS, Brasília, 1999, pp 327-367.
- VITAL DA CUNHA, Christina. **Ativismo negro e religioso: O caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro**. Novos Estudos. CEBRAP, v.40, p.243 - 259, 2021b.
- VITAL DA CUNHA, Christina. **Cultura pentecostal em periferias cariocas: grafites e agenciamentos políticos nacionais**. Disponível em: <https://doi.org/10.11606> , v.28, p.80 - 108, 2021.
- VITAL DA CUNHA, Christina; MOURA, João Luiz. **Identidades, números e histórias de evangélicos nas eleições 2020**. In: Comunicações do ISER, v.40, p.7 - 11, 2021a.
- VITAL DA CUNHA, Christina. **Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco**. In: Revista Plural, *Antropologías Desde América Latina Y Del Caribe, Montevideo*, ano 3, nº 6, p.123 - 149, 2020.
- VITAL DA CUNHA, Christina. **Televisão para salvar: religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo**. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, v.42, p.199 - 235, 2017.
- VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017, v.1. p.196.
- VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll & ISER, 2012, v.1. p.232.

Ativismo político evangélico conservador e de direita: panorama recente



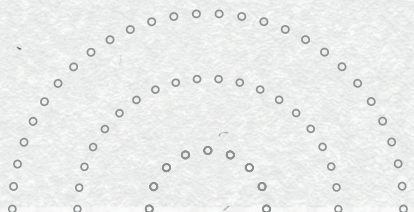
Ricardo Mariano¹



Evangélicos e católicos fazem manifestação a favor da liberdade religiosa, 2013.

Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

¹ Ricardo Mariano é doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo (USP). Atualmente é professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP. Realiza pesquisas na área de sociologia da religião. É autor do livro *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* (Edições Loyola, 1999).



O ativismo político evangélico conservador e de direita, que é hegemônico no Brasil e encabeçado por pentecostais, dispõe de formidável suporte institucional, capilaridade social, recursos materiais e humanos, meios de comunicação de massa, redes sociais e até de partidos. É multipartidário e clivado de divisões internas, conta com vasta e crescente base parlamentar, além de reconhecimento e receptividade das instituições políticas. Apoia-se em crenças no dualismo, que opõe deus e diabo, bem e mal, igreja e mundo, cristãos e ímpios, e na existência de valores morais absolutos que, a seu ver, estão sob ameaça e precisam ser defendidos. Seus expoentes tendem a encarar o ativismo político simultaneamente como atividade secular e como missão religiosa. Missão na qual se creem, frequentemente, engajados numa guerra espiritual contra potestades do mal, que, a seu ver, atuam na cultura, na sociedade, na política e no Estado por meio de inimigos do Evangelho, entre os quais incluem o PT e os governos petistas.

Desde a Constituinte, o ativismo político evangélico conservador caracteriza-se pelo anticomunismo, direitismo político-partidário, fisiologismo, antipluralismo, antifeminismo e oposição aos pleitos LGBTs. Se por muito tempo defendeu o princípio da laicidade, passou a tratá-lo e desqualificá-lo como *laicismo*, ideologia esquerdóide avessa à religiosidade e às religiões do povo brasileiro majoritariamente cristão.

O ativismo político pentecostal, de um lado, reage ao que considera ameaças secularistas e a seus valores, representadas por pluralização sociocultural, avanço de movimentos feministas e LGBTs, políticas e decisões judiciais na área de direitos humanos, sexuais e reprodutivos, ativismo judicial, discriminação midiática e estatal. De outro, visa conquistar hegemonia cultural, social e política, por meio de expansão religiosa e da ocupação evangélica do Parlamento, do Judiciário, do governo, das mídias sociais, em defesa da “maioria cristã”, de seus pleitos e interesses institucionais.

À medida que católicos e evangélicos conservadores intensificaram o engajamento em disputas sobre aborto, sexualidade, arranjos familiares, Direitos Humanos, direitos sexuais e reprodutivos, políticas educacionais e de saúde, **seus** conflitos com governos e deputados petistas, bem como com feministas, LGBTs, defensores da laicidade e dos Direitos Humanos, se acirraram cada vez mais. Por uma década, a bancada evangélica combateu o PLC 122/2006, que visava criminalizar a homofobia. Entre 2006 e 2009, opôs-se à concordata católica negociada pelo governo Lula e, após aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada em fevereiro de 2010, criando o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil. Líderes e parlamentares

evangélicos interpretaram a concordata como desrespeito à laicidade do Estado ou tratamento estatal privilegiado à Igreja Católica promovido pelo governo petista. Em reação, propuseram a Lei Geral das Religiões. Em 2009, atacaram o III Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 2011, acusaram o Projeto Escola sem Homofobia de sexualizar e erotizar crianças.

Os conflitos se radicalizaram a partir do primeiro mandato de Dilma, o que reforçou a inclinação evangélica à direita e sua aversão e oposição à esquerda. Em 2013, o deputado federal Marco Feliciano (então PSC/SP) assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, para defender, segundo ele, “os verdadeiros Direitos Humanos”. A oposição petista a Feliciano e seus “irmãos” deteriorou de vez a relação entre evangélicos e o governo Dilma.

Em 2014, deputados evangélicos lutaram para vetar a inclusão da igualdade de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional de Educação. Mobilizaram-se em defesa do Projeto de Lei Escola sem Partido, que visava instituir na Lei de Diretrizes e Bases da Educação a precedência dos “valores de ordem familiar” sobre o ensino escolar “relativo à educação moral, sexual e religiosa”, e desataram a acusar governos e políticas educacionais petistas, educadores e instituições de ensino de doutrinação ideológica, ou de difundir o “marxismo cultural” e a “ideologia de gênero”, para discriminar e perseguir cristãos, destruir a família e deturpar a moralidade sexual de crianças e adolescentes. A partir de 2015, com a Câmara Federal sob o comando de Eduardo Cunha (PMDB/RJ), investiram, em aliança com católicos, nos projetos de lei do Estatuto do Nascituro, que prega a “vida desde a concepção” e veta o aborto em qualquer circunstância, e Estatuto da Família, que restringe a família à união entre homem e mulher e proíbe a adoção de crianças por casais de mesmo sexo. Em 2016, em nome de Deus, da igreja e da família, votaram em peso a favor do *impeachment*. Em seguida, apoiaram e integraram o governo Temer, período no qual encamparam discursos de corte neoliberal, em prol da redução do tamanho e da intervenção do Estado, da terceirização da mão de obra estatal, da meritocracia.

No segundo turno da eleição presidencial de 2018, na esteira da recessão econômica, da Operação Lava-Jato, da explosão do antipetismo e do fiasco da candidatura do PSDB, lideranças evangélicas apoiaram, majoritariamente, a candidatura de Bolsonaro contra o candidato petista. Para tanto, acionaram doutrinas de guerra espiritual mescladas com conspiracionismo, *fake news* e farta desinformação. No governo Bolsonaro, ocuparam os ministérios da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Casa Civil,

da Justiça, da Educação, do Turismo, a Advocacia Geral da União (AGU) e a Secretaria Geral da Presidência.

Na linha de frente do extremismo bolsonarista, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos desmantelou comissões e conselhos, bloqueou políticas de combate à homofobia, ao racismo e à violência contra transgêneros, etc. Durante a pandemia de Covid, em julho de 2020, o governo, a pedido da ministra Damare Alves, vetou, inclusive, a obrigatoriedade de o governo entregar água potável e leitos de UTI a povos indígenas. Ao lado de Ernesto Araújo, então ministro das Relações Exteriores, Damare articulou-se com entidades transnacionais católicas e evangélicas ultraconservadoras. Com apoio de parlamentares da bancada evangélica, facilitaram a atuação do *Capitol Ministries* no Congresso Nacional. Na política externa, o governo Bolsonaro afastou-se de organizações multilaterais, aliou-se a ideólogos, ditadores e líderes de extrema direita, engajou-se numa cruzada em defesa de valores cristãos e do cristianismo e, após a derrota de Trump, passou a liderar o Consenso de Genebra, que reúne três dezenas de países contra aborto, direitos de mulheres e LGBTs e políticas de gênero.

Sites, celebridades, *influencers* e *coachings* evangélicos de direita, assim como armas, *homeschooling* e sionismo cristão ganharam espaço nesse meio religioso. Em reação à aliança evangélica com Bolsonaro, formaram-se coletivos evangélicos feministas, antirracistas, ecológicos, de defesa do Estado de direito, dos LGBTs etc.

Em defesa da liberdade religiosa, pastores pleitearam retirar igrejas e cultos das restrições sanitárias durante a pandemia, proposta apoiada pelo pastor André Mendonça na AGU, que foi promovido ao Supremo Tribunal Federal (STF). Junto com Bolsonaro, participaram de manifestações golpistas e perpetraram ataques ao STF, ao TSE e às urnas eletrônicas. Hostilizavam o STF por ter aprovado a união civil de pessoas de mesmo sexo (2011), o aborto de anencéfalos (2012) e a equiparação da homofobia e da transfobia ao crime de racismo (2019), mas também pelo fato de o Tribunal barrar atos e políticas ilegais e antidemocráticos do governo Bolsonaro.

Na eleição presidencial de 2022, pastores radicalizaram a demonização do candidato petista e de seu partido a ponto de protagonizar casos de assédio, ameaça e exclusão de fiéis eleitores do PT. A campanha pastoral antipetista surtiu efeito: conforme pesquisa do Datafolha às vésperas do segundo turno, Bolsonaro obteve 60,5%% dos votos evangélicos contra 31,5%% de seu adversário no segundo turno.

O ativismo político evangélico de direita impulsionou a *polarização política e afetiva* e moldou, em parte, o bolsonarismo, que reproduz seus principais apelos e pautas morais antipluralistas. Sua aliança com Bolsonaro e com seu projeto político autoritário radicalizou-os à direita e afrontou princípios basilares do Estado de direito e fragilizou seu compromisso com a democracia.



Conflitos em torno do gênero, conservadorismo antidemocrático e suporte popular¹

Flávia Biroli²

Grupos de fiéis participam da Marcha para Jesus, no Centro do Rio, 13/08/2022.

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

¹ Este texto é baseado nas minhas intervenções no encontro realizado pelo ISER e Fundação Heinrich Böll, no Rio de Janeiro, no dia 27 de abril de 2023. Sintetiza discussões presentes em estudos que tenho feito, dialogando e retomando argumentos presentes em Biroli (2018) e Biroli, Machado e Vaggione (2020) e Biroli (2023).

² Flávia Biroli é doutora em História pela Unicamp (2003), professora associada do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB) e especialista em teoria política feminista. Foi presidenta da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) entre 2018 e 2020, editora da *Revista Brasileira de Ciência Política* e editora associada da revista *Politics & Gender*.

Movimentos conservadores e antidemocráticos têm expandido sua atuação. Em alguns países, como o Brasil, eles ampliaram seus efeitos na política e na vida cotidiana. Isso está relacionado, de um lado, a financiamentos que têm permitido um ativismo transnacional vigoroso, que estrategicamente opera para avançar suas posições nas instituições políticas e na sociedade civil. Por isso, importa compreender quais organizações emergiram ou se fortaleceram, quem as financia e com quais objetivos. Por outro lado, parece-me difícil compreender esses movimentos e seus efeitos sem levar em conta sua capacidade de mobilização. Nesse caso, é preciso abordar sua base popular, isto é, as evidências de que o trabalho que tem sido feito por esses movimentos organizados encontra ressonância em setores da população. Entendo que essas dinâmicas não se excluem. Os movimentos conservadores e antidemocráticos utilizam os recursos que têm para influenciar a política institucional e mobilizar as pessoas. Mas o apoio que conquistam, na forma de voto, de opiniões ou de manifestações coletivas, não remete apenas às estratégias dessas organizações. Ele também nos diz sobre o universo de experiências de quem aprova ou colabora ativamente para a política feita por essas organizações.

Um outro ponto é que a produção de preferências e alinhamentos políticos não se dá em um vácuo de “oferta” de narrativas políticas. No contexto político e social para o qual me volto aqui, movimentos com perspectivas divergentes sobre as relações de gênero e familiares avançaram posições no debate público e disputam o Estado. Como afirmaram Blofield, Filgueiras e Franzoni (2021, p. 279), na América Latina, as políticas de gênero e para a família se tornaram “arena de ação coletiva significativa, tanto progressista como conservadora”. Isso, sem dúvida, se aplica ao caso brasileiro.

A partir dos anos 1980, os movimentos feministas e LGBTQ+ se expandiram e encontraram oportunidades para influenciar as políticas públicas, em um ambiente internacional e nacional relativamente favorável – pela expansão do sistema internacional de direitos humanos e pela democratização e consolidação da democracia no país. Eles o fizeram em conflito com atores conservadores, em coalizões plurais e contenciosas (em particular nos governos do PT), mas também em coalizões convergentes, nas quais visões antifeministas encontraram guarida em um projeto de extrema direita (após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, mas principalmente no governo de Jair Bolsonaro)³.

Tomando como ponto de partida o entendimento apresentado acima sobre as dinâmicas de oferta política e adesão popular e considerando a escalada dos conflitos em torno do gênero e da família, desenvolvo dois argumentos.

³ Essas noções de aliança plural contenciosa.

O primeiro é amplo: os fundamentos dos projetos democráticos e do sistema internacional de direitos humanos, que ganharam força após 1945, com o fim da Segunda Guerra, estão em disputa. Isso pode parecer óbvio, mas meu ponto é que temos frequentemente abordado os conflitos de maneira fragmentada, como se tivessem relação “apenas” com gênero, ou “apenas” com raça e etnia; como se os atores conservadores buscassem reordenar a sociedade como ordem familiar, com foco na reprodução e na sexualidade, *ou* definir as fronteiras do nacional, com foco nos imigrantes.

Atores conservadores têm estrategicamente tematizado essas disputas em termos identitários, confundindo o que está em jogo. Classificam assim demandas que são fundamentalmente igualitárias, colocando em jogo os limites da democracia e dos direitos humanos. É o caso de políticas afirmativas de gênero e raça, legislação antirracista e anti-homofóbica, direitos reprodutivos e sexuais. No campo progressista, tem sido comum a incorporação dessa classificação (lutas identitárias), atribuindo aos movimentos feministas, antirracistas, indígenas e LGBTQ+ a pecha de que estimulariam conflitos desnecessários, sombreando “o que realmente importa” e jogando lenha na fogueira da direita antidemocrática.

No entanto, as lutas desses movimentos transformaram profundamente as democracias e a agenda de direitos humanos, sobretudo a partir dos anos 1980. E o fizeram ao pressionar pela incorporação de reivindicações que tensionam noções universais de cidadania, assim como a noção do humano como um universal abstrato. Produziram-se, assim, ferramentas políticas que apontam para as condições concretas em que os direitos são recortados e capturados e as violências são reproduzidas e toleradas socialmente. O efeito pode ter sido, sim, a ampliação dos conflitos, mas porque um dos resultados dessas lutas foi a desnaturalização de hierarquias e barbaridades cometidas em nome da ordem familiar, da nação etc. A estratégia reativa dos atores conservadores e antidemocráticos tem sido relativamente simples, e, talvez por isso, mobilizadora: afirmam que a realidade é o que é, que “sempre foi assim” e que as demandas por mudanças são estrangeiras em relação aos valores “da maioria”.

O segundo argumento que desenvolvo aqui é que precisamos considerar mais seriamente o foco dos movimentos conservadores e antidemocráticos na transformação das famílias e das relações de gênero. Sua estratégia é moralizar essas transformações, apresentando-as como decadência e desintegração. E nós, analistas, temos sido capazes de compreender o que tem se passado ou, melhor dizendo, como mudanças sociais tremendas são vivenciadas pelas pessoas? As famílias mudaram profundamente por uma série de razões: queda na taxa de natalidade, casamentos que ocorrem mais

tarde e duram menos, idade em média mais tardia em que se tem filhos, participação maior das mulheres nas relações de trabalho remunerado, ao mesmo tempo em que o neoliberalismo promoveu a desregulamentação das relações de trabalho e ampliou-se a informalidade, com menos garantias sociais. Mas essa mudança é divergente em termos de classe e de raça (Blofield, Filgueiras e Franzoni, *op. cit.*). Isso significa que as experiências das mudanças sociais podem ser muito distintas. Vivemos numa região em que as taxas de natalidade e arranjos familiares entre as mulheres mais ricas e com maior nível educacional as aproximam da realidade do norte global, com poucos filhos e lares biparentais com duas rendas. Entre as mais pobres, as taxas de natalidade seguem mais altas, a gestação na adolescência é uma realidade (a região tem as taxas médias mais altas do mundo) e os arranjos familiares consistem predominantemente em mães solo com filhos ou lares biparentais com apenas uma renda. As tensões entre vida familiar e trabalho são maiores para as últimas, diante da falta de serviços públicos de cuidado e da desregulamentação de direitos trabalhistas. A violência urbana e o crime organizado atingem sobretudo seus filhos, adicionando incertezas às suas vidas.

Politicamente, o quadro também não é estático. Alguns países latino-americanos, entre eles o Brasil, tiveram avanços significativos nas políticas públicas de gênero e, mais amplamente, em políticas comprometidas com agendas igualitárias e de direitos humanos (Benza e Kessler, 2020). A transição e consolidação da democracia na região e no país permitiram maior participação e pressão por parte de movimentos e partidos que advogam por pautas igualitárias e de diversidade, e que se intensificou com a chamada “virada à esquerda”, nos anos 2000. Essas mudanças, reais, podem ser exemplificadas pelo avanço em direitos sexuais (o casamento entre pessoas do mesmo sexo é hoje legal na maior parte dos países da região) e reprodutivos (em alguns países, avançou-se em direção à descriminalização do aborto ou a novas exceções à criminalização, além disso a perspectiva integral de saúde das mulheres e planejamento familiar passou a ser parte das políticas mais amplamente). Mas desafios fundamentais para a vida familiar não foram enfrentados ou tiveram resultados limitados. Os retrocessos mais recentes em alguns países, como o Brasil, não podem ocultar o fato de que alguns problemas nunca foram resolvidos: a falta de creche e de ensino integral, uma regulação do trabalho que compatibilize ocupações remuneradas e cuidado, a precarização do trabalho e as desigualdades de renda em eixos de gênero e de raça.

Nessa cena complexa, a religião constitui a experiência das pessoas de muitas maneiras. Aqui chamo a atenção para algumas delas, muito brevemente. As religi-

ões organizadas e os serviços religiosos podem ser arenas em que a “oferta” de narrativas políticas é vivenciada coletivamente. Isso envolve a atividade de lideranças religiosas, que podem atuar como mediadoras entre elites políticas e a população (Maika e Smith, 2021), mas também um processo dinâmico de construção coletiva de sentidos para os desafios da vida. Além disso, igrejas e comunidades religiosas podem funcionar como um espaço rico de suporte e compartilhamento, em que a “oferta” de recursos para se lidar com os desafios vai além de narrativas. Redes de suporte e proteção podem funcionar, enquanto e onde a capacidade e presença do Estado são limitadas.

Temos dados que apontam que não é a religiosidade em si que tem relevância, estatisticamente, para posicionamentos mais conservadores sobre gênero e sexualidade, mas a frequência em que se participa de serviços religiosos. Temos, ainda, dados que indicam que países nos quais há um crescimento maior da fatia evangélica da população, com altas taxas de frequência religiosa e lento crescimento do percentual de pessoas que dizem não seguir uma instituição religiosa (caso do Brasil), apresentam opiniões mais conservadoras, inclusive entre as mulheres. Isso se comparados àqueles nos quais o crescimento da fatia evangélica e da fatia não-religiosa foram igualmente acelerados e a frequência a cultos é em média mais baixa (caso da Argentina)⁴.

Levando em conta a vivência divergente das mudanças sociais em termos de classe e de raça, os limites das políticas públicas para responder aos desafios da vida cotidiana das mulheres mais vulneráveis, os retrocessos em garantias sociais e a presença (variável) das religiões organizadas na vida das pessoas, finalizo com algumas perguntas, em vez de respostas. Como as pessoas, e as mulheres em particular, “escutam” os apelos à defesa da família, por parte de atores conservadores? Como, por outro lado, “escutam” os apelos que vêm do campo feminista, em defesa de igualdade, autonomia, direitos individuais? Como mulheres de diferentes classes sociais têm vivenciado as mudanças políticas e seus retrocessos? De que maneira posições antidemocráticas, que ativam noções de ordem (nacional, familiar), tocam seus interesses e desejos, em contextos concretos de relações?

Penso que essas questões podem nos ajudar a refletir sobre a “oferta” de narrativas a partir de diferentes campos (o religioso, o feminista, o dos partidos políticos, o dos movimentos de direitos humanos) e sobre as imbricações entre eles. Talvez seja ne-

⁴ Refiro-me aos dados do Barômetro das Américas (Lapop), com os quais estou trabalhando em estudo ainda em curso.

cessário, também, como ponto de partida para compreender a adesão popular a visões conservadoras, não estigmatizar os grupos de antemão. Mais uma vez, nem a ideia de manipulação, nem a de espontaneidade podem nos ajudar. E compreender sem estigmatizar, não significa abrir mão de distinções claras entre narrativas e projetos democráticos e antidemocráticos, entre o compromisso com os direitos humanos e o ataque a seus fundamentos.

Referências bibliográficas:

BENZA, Gabriela and KESSLER, Gabriel. **La ¿nueva? estructura social de América Latina: Cambios y persistencias después de la ola de gobiernos progresistas**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2020.

BIROLI, Flávia (2020). **The Backlash against Gender Equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the Erosion of Democracy**. Latin American Studies Association Las Vegas Forum, 51 (1), pp. 20-26.

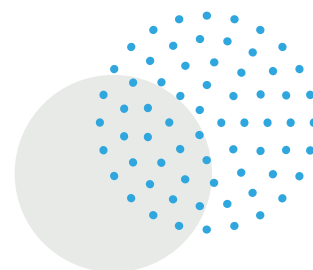
_____; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

_____. (2023). **Gender politics, the cultural and the socioeconomic in Latin America**. Paper apresentado na conferência Political Reactions to Changing Societies, no Institute for Latin American Studies, University of Columbia, 30 e 31 de março de 2023.

BLOFIELD, Merike; FILGUEIRA, Fernando; GIAMBRUNO, Cecilia; and FRANZONI, Juliana Martínez. In: Sátyro, Natalia; Del Pino, Eloísa; Midaglia, Carmen, **Beyond States and Markets: Families and Family Regimes in Latin America**. London: Palgrave MacMillan, 2021.

MAYKA, Lindsay; SMITH, Amy E. 2021. **The Grassroots Right in Latin America: Patterns, Causes, and Consequences**. *Latin American Politics and Society*, 63 (1).

Religião e política: breves reflexões e proposições a partir de um olhar sobre os evangélicos



Nina Rosas¹

FELIZ É A NAÇÃO
CUJO DEUS É
O SENHOR.
SALMOS 33:12

Marcha para Jesus, Curitiba - 21/05/2022.

Foto: Palácio do Planalto - Licença: CC BY 2.0

¹ Nina Rosas é doutora em Sociologia, professora adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa Pós-graduação em Sociologia, da mesma Universidade. É autora dos livros: *Mulher, pra que religião? Uma crítica aos conselhos conservadores da pastora Ana Paula Valadão* (KDP, 2020); e *As obras sociais da Igreja Universal: uma análise sociológica* (Fino Traço, 2014). Pesquisa e publica sobre religião, evangélicos, gênero, sexualidade, corpo e saúde.

Os evangélicos de hoje estão longe de serem aqueles cujo senso-comum enquadraria, há décadas atrás, como apolíticos. Após a Constituinte e o apoio a Fernando Collor, dado sob pretensa ameaça à liberdade religiosa associada ao antipetismo, esses fiéis, nos anos seguintes, aumentaram sobremaneira sua participação no governo do país. Em 2003, foi constituída a Frente Parlamentar Evangélica; três anos depois, deputados federais religiosos estavam envolvidos na fraude que ficou conhecida como Máfia das Sanguessugas. Além das candidaturas à Presidência encabeçadas por figuras como Anthony Garotinho e Marina Silva, a participação dos evangélicos também se estendeu à indicações aos Ministérios do Estado, além de posições na Advocacia-Geral da União, no Supremo Tribunal Federal e em diversas comissões e relatorias. A bandeira da maior parte dos evangélicos envolvidos na política formal passou a ser, nos últimos 10 anos, a defesa da família tradicional e o embate contra a população LGBT+². Nesse sentido, se posicionam contrários ao aborto, à descriminalização do uso de drogas, à homo e à transexualidade, a uma suposta ideologia e doutrinação de gênero (que estaria acometendo as escolas e, mais amplamente, a sociedade), à corrupção e à cassação da liberdade de expressão. Foi em nome disso que muitos apoiaram o impeachment de Dilma Rousseff, se alinharam ao governo de Michel Temer e fizeram de Jair Bolsonaro seu mais fiel representante.

O que há de distinto no cenário brasileiro dos dias de hoje é que ele se conforma a partir de uma conjuntura geopolítica global de ascensão de movimentos antidireitos humanos, antipluralismo, antidiversidade; de governos de extrema direita, neofascistas, reacionários e de desmanche dos mecanismos democráticos, muitas vezes se utilizando desses próprios aparatos. E, frente a essa configuração, não custa lembrar que, no Brasil, o grupo dos que se autodeclaram evangélicos, sendo muitos deles conservadores e encontrando pontos de conformidade com essa direção transnacional, está cada vez maior. Ainda que o Censo não esteja disponível e que venha a mostrar taxa de crescimento menor do que as das décadas de 1990 a 2010, evangélicos continuam crescendo e são, pelo menos, em torno de 30% da população³.

Outra novidade está na articulação, muitas vezes intencional, desses religiosos, algo bem menos comum no período pós-Constituinte. Eles argumentam haver uma ameaça à identidade evangélica, isto é, a valores e crenças que precisam ser preservados. Mas

² Sigla utilizada para fazer referência à comunidade de pessoas cuja identidade de gênero não se encontra no binarismo homem-mulher e/ou àqueles que experimentam sexualidade fora da norma heterossexual.

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em 06/06/23.

vai além. Há organização entre eles quando se entende que está em jogo benefícios já adquiridos, como os relativos ao dinheiro (vale ter em mente que o inciso VI, do Artigo 150 da Constituição Federal de 1988, garante imunidade tributária a templos religiosos). Portanto, a participação dos evangélicos na política resume (ou é resumo de) um fenômeno que é próprio às relações democráticas, qual seja, o da disputa de narrativas em torno de definições e enquadramentos sobre o que pode ser considerado legítimo, lido, visibilizado e circulado na esfera pública. Mas a renovação desse embate traz os evangélicos como player incontornável no jogo de forças da sociedade. Quase não dá pra falar de mais nada hoje em dia sem falar dos evangélicos.

E esse é um grupo bastante conhecido por seu traço beligerante, expresso, no mínimo, na retórica. Uma parte dos evangélicos, desde pelo menos os anos 1980, evoca orixás e entidades de terreiro, depreciando-as como demônios a serem combatidos. Mas, atualmente, vê-se a concretude dessa violência estendida também a espaços considerados território de um inimigo que está na política, como as sedes dos três poderes do governo, invadidas em 08 de janeiro de 2023. Isto é, uma coisa que não mudou nos últimos anos é que as ameaças rotuladas de petismo, esquerdismo, comunismo e marxismo cultural continuaram sendo atualizadas na figura de Luiz Inácio Lula da Silva. Na contramão disso, no entanto, o fracasso brasileiro sanitário e socioeconômico decorrente da pandemia de Covid-19 não foi recuperado como responsabilidade de Bolsonaro, como mostram Teixeira e Reis (2022). Há um apagamento, uma despersonalização das dificuldades, que não deve ser lida como ignorância ou apatia por parte dos evangélicos, mas como uma agência que reclama outros circuitos e possibilidades de construção, como uma pedagogia de constituição de sujeitos e cidadãos dentro da democracia. E isso não deveria escapar à vista, mas há grande risco de o fazer se, na operacionalização das pesquisas, a capacidade de reflexão e decisão das pessoas for anulada, a ponto de elas aparecerem caricaturadas como uma massa de fiéis ignorantes.

Vale, nesse sentido, evocar uma lógica múltipla/multinível de análise, de modo a separar, ainda que como ferramenta heurística, as dimensões das escolhas e atitudes das pessoas dos grandes projetos de poder. Esses projetos existem, mas nem sempre são coletivos, tampouco são sempre exitosos na cooptação de votos. Discursos oficiais importam bastante, mas as pessoas têm igualmente muito a dizer sobre suas redes de confiança e laços de afeto, jogando luz sobre a complexa e multifacetada cartografia do que é ser evangélico no Brasil. Operar nessa chave parece mais profícuo, pois ao invés

de reduzir as racionalidades dos sujeitos, ajusta-se o foco aos modos como os evangélicos estão se politizando e àquilo que de fato consideram importante.

Um caso em particular que ajuda a ilustrar como é preciso diferentes enfoques é o da família Valadão⁴. Durante a campanha eleitoral presencial de 2022, André Valadão fez coro e defesa ao conservadorismo dos costumes simbolizado na recandidatura de Bolsonaro, utilizando seu Instagram de mais de cinco milhões de seguidores não apenas para atacar Lula e o Partido dos Trabalhadores, mas para dizer que estava sendo acusado pelo Tribunal Superior Eleitoral e obrigado a se retratar publicamente. No entanto, ele difundia uma informação falsa usada de maneira deliberada para justificar que havia cerceamento de liberdade; o fato era que o pastor estava sendo notificado da citação em processo ajuizado pela Coligação Brasil da Esperança⁵. André é, portanto, um ótimo exemplar da religião como instrumento de poder e de disputa por lugar de fala, visibilidade midiática, benefícios políticos, recursos financeiros e possibilidade de extensão de uma agenda religiosa e reguladora a espaços territoriais, simbólicos, sociais e culturais, a partir da mobilização da luta contra um inimigo. Para ações desse tipo, continua sendo fundamental lançar mão, como fatores explicativos da aproximação do conservadorismo evangélico com a extrema direita, de noções como: Teologia do Domínio (Rosas, 2015a e b), guerra cultural (Mariano, 2022) e engajamento social a partir da luta contra a sociedade, a cultura e o Estado (Rosas, 2015a).

Mas esse não é exatamente o caso de Ana Paula Valadão. Ela também manifestou voto em Bolsonaro, no entanto, abandonando o caráter belicoso e persecutório empregado pelo irmão, e defendendo, reiteradamente, que seu posicionamento se dava, de modo exclusivo, em função da defesa da família e para se opor à corrupção⁶. Fazendo frente a uma suposta degradação moral que estaria afetando a sociedade, transformou valores familistas e um apelo à integridade moral em voto a favor daquele que conseguia rivalizar com a “agenda esquerdista” (ou de direitos humanos). O movimento aqui descrito e comum a muitos evangélicos é o de calibrar a bússola no sentido de encontrar a melhor associação entre uma pauta moral/religiosa e os candidatos oficiais. E, para além disso, e talvez de modo ainda mais importante, cumpre avaliar essa

⁴ Valadão é a família que lidera a Igreja Batista da Lagoinha, originada em Belo Horizonte, e recém-chamada de Lagoinha Global, após ser assumida por André, filho de Márcio Valadão, quem liderou a igreja por 50 anos. Lagoinha está presente em diversos países e estima-se que reúna cerca de 700 igrejas sob sua rubrica.

⁵ Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/chechagens/video-gravado-por-andre-valadao-e-desinformacao-cantor-nao-foi-intimado-para-se-retratar-perante-o-tse/#>. Acesso em 06/06/23.

⁶ Cabe dizer que os escândalos envolvendo o governo Bolsonaro, como o orçamento secreto, as “rachadinhas”, o superfaturamento na compra de vacinas, entre outros, não eram alvo de repulsa pelos membros dessa família.

disposição a partir das relações de gênero. Figuras como Ana Valadão, representadas no âmbito da política formal por mulheres como Damares Alves e Michelle Bolsonaro, são não apenas responsáveis por ações de cuidado e acolhimento nas igrejas, mas pela doutrinação e formação teológica de seus rebanhos. Essas mulheres agem como potentes agentes de produção de educação, autonomização, profissionalização e reformulação das subjetividades das pessoas. Há muitas teologias, como a feminista, a negra e a *queer*, que vêm mostrando isso, embora pareçam ainda distantes das lentes socioantropológicas.

Frente a esse rápido panorama, cabe apontar cinco desafios para as pesquisas futuras. O primeiro é o da operacionalização da heterogeneidade evangélica. Evangélicos são na maioria pentecostais, negros, pobres, mulheres e jovens. No entanto, não se pode ignorar o lugar simbólico e caro que vem sendo disputado e ocupado por grupos progressistas (Vital da Cunha, 2021) na orquestra de fazer frente aos “irmos de fé” literalistas bíblicos e/ou que se alinham à extrema direita. Segundo ponto: por mais que haja concordância em deixar de lado em termos epistemológicos e metodológicos as noções weberianas de separação e racionalização das esferas da vida, já engenhosamente relidas por Pierucci (1998), elas permanecem sendo um forte eixo norteador das investigações. Se realmente for levada a sério a tarefa de descolonizar o campo disciplinar, é mais fecundo adotar um posicionamento axial que parta do emaranhamento e da mútua construção das realidades religiosa e política em vez de repetir a ideia do transbordamento e do derrame de dimensões mais ou menos herméticas. Afinal, a religião é constituinte e não estrangeira à vida pública.

Terceiro, o foco nas mulheres é absolutamente fundamental. Há um levante antifeminista composto por evangélicas, mas também católicas, autodeclaradas genericamente cristãs ou sem uma identidade religiosa explícita, que acontece não apenas às custas da religião, mas alimentando-a. Valores caros ao conservadorismo religioso, como a família heteroafetiva e monogâmica, os papéis tradicionais de gênero e o cuidado das mulheres com os filhos, se tornam conteúdo performático de ação política, que aparece atrelado, em maior ou menor grau, à erudição (como a leitura divergente de obras feministas e marxistas ou o uso de literatura conservadora). São expoentes dessa tendência, a ser mais bem acompanhada, deputadas como Ana Caroline Campagnolo, Clarissa Tercio, Chris Tonietto, Greyce Elias, Amália Barros, entre outras.

Quarto: há muito ganho em descentrar o olhar das institucionalidades. Para compreender a crescente presença dos evangélicos no fazer político, Freston (2006) esbo-

çou dois modelos de representação. De um lado, o institucional, centrado em propostas de dada igreja (como a Universal); de outro, o autoimpulsionado, uma candidatura individual e autônoma, sem que necessariamente respondesse ao eleitorado uma vez alcançado o cargo. Na ocasião, Freston confiava que a democracia não seria ameaçada pela crescente participação das igrejas evangélicas. Além da relação com o catolicismo antes e apesar da Proclamação da República ser um marco no país, ele apostou que não haveria semelhança com o terrorismo geopolítico associado ao Islã ou com a ofensiva da direita estadunidense. A forte aproximação e a emulação de Bolsonaro às ações de Trump colocaram parte dessa afirmativa em suspensão. Além do mais, tal leitura, tão pertinente ao início dos anos 2000, mesmo que não tivesse uma pretensão generalista, já não dá conta de determinadas redes e ações. É inescapável às pesquisas atuais o fazer político associando religião em articulação com as dimensões de família e mídias (as consolidadas e as redes sociais). Não se pode deixar de lado o fato de os grupos de WhatsApp serem elementos-chave na formação de opiniões, subjetividades e identidades. Também já não se pode ignorar a interseccionalidade, pois nem tudo significa a mesma coisa quando se está diante do acúmulo de posições de desprivilégio. Cabe, nesse sentido, um acerto com o pensamento decolonial e a rejeição da produção de conhecimento justificada pela desqualificação dos sujeitos tomados como objeto de interesse.

Quinto e último ponto, por fim. Também será preciso incluir ferramentas para lidar com o impacto não apenas das *fake news*, mas sobretudo das inteligências artificiais, às quais se atribui o potencial de reconfigurações nos próximos anos como jamais antes visto na história.

Referências bibliográficas:

FRESTON, Paul. **Religião e política, sim. Igreja e estado, não**. Viçosa: Ultimato, 2006.

MARIANO, Ricardo. **Ativismo político de evangélicos conservadores rumo à extrema direita**. In: INÁCIO, Magna; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (Ed.). *Democracia e eleições no Brasil: para onde vamos?* São Paulo: Hucitec, p. 219-236, 2022.

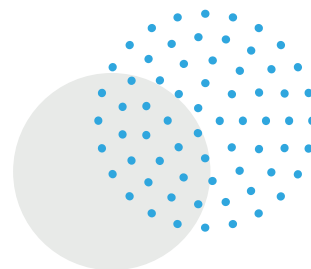
PIERUCCI, Antônio Flávio. **Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 13, n. 37, 1998.

ROSAS, Nina. **“Dominação” evangélica no Brasil: o caso do grupo musical Diante do Trono.** Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar, vol. 5, n. 1, p. 235-235, 2015b.

_____. **Cultura evangélica e “dominação” do Brasil: música, mídia e gênero no caso do Diante do Trono.** Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGS/UFMG, Belo Horizonte, 2015a.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes; REIS, Lívia. **Mulheres evangélicas para além do voto: notas sobre processos de engajamento, política e cotidiano.** Debates do NER, Porto Alegre, ano 22, n. 42, p. 11-62, 2023.

VITAL DA CUNHA, Christina. **Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil.** DEBATES DO NER, v.21, p.13 - 80, 2021.



Política de terreiros e política para terreiros:

violações, reconhecimento
de direitos, espaço público
e resistências dos “povos
tradicionais de matriz africana”



Ana Paula Mendes de Miranda¹



Ato contra a Intolerância Religiosa
em frente à Câmara dos Deputados, 21/05/2014.

Foto: Laycer Tomaz/Agência Brasil

¹ Ana Paula Mendes de Miranda é professora de Antropologia da Universidade Federal Fluminense; coordenadora do Ginga-UFF; pesquisadora do INCT-INEAC – UFF; cientista do Nosso Estado – FAPERJ; bolsista 1 D do CNPq.

Religião e política não são propriamente um tema novo no cenário político brasileiro, mas essa imbricação tem se acentuado com uma nuance fortemente conservadora desde o processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, que argumentou que estávamos diante de “uma violência no Brasil contra a verdade, contra a democracia e contra o Estado democrático de direito” (Dilma Rousseff, 18 de abril, *apud* Müller e Pozobon, 2017: 14). Tal argumento foi interpretado como um golpe “midiático-político-jurídico”, financiado pela elite econômica brasileira (Proner, 2016), o que leva a crer em tramas conspiratórias que cabe na ideia de “projeto de poder”. Infelizmente, a realidade é mais complexa que a ficção, por isso essa expressão – “projeto de poder”² – mais atrapalha do que nos ajuda a pensar quando se trata de analisar a atuação de uma direita conservadora e evangélica. Os últimos anos trouxeram várias demonstrações empíricas de que se está diante de ações que buscam produzir a supremacia de um determinado grupo social (Gramsci, 2000), a partir da articulação do “domínio” com uma “direção intelectual e moral”. O problema está no uso generalizado da expressão, ao falar em um projeto de poder muitas vezes se oculta quais as reações que existem a ele, criando assim um imaginário conspiratório de que não há qualquer possibilidade de transformação. Expor a racionalidade do plano é apenas uma parte de uma análise processual, há que se acompanhar a execução e consequências, tão bem representadas nas frases “faltou combinar com os russos”³ e “a gente combinamos de não morrer (...)”. O combinado era o enfrentamento”, de Conceição Evaristo (2016).

Como salientam Jacqueline Muniz e Fátima Cecchetto (2021) a lógica autoritária e excludente que temos experimentado na política brasileira é anterior ao “golpe político-policial-jurídico” e se caracteriza por vários modos de produção e disseminação de medos, que funcionam para uma aceitação coletiva e passiva da “subordinação dos direitos sociais e civis às razões restritivas, discriminatórias e excludentes de (in)segurança”.

É na chave do “regime do medo” que se deve compreender como a religião assumiu o controle da agenda das eleições presidenciais, em 2018, por meio de um protagonismo “terrivelmente” cristão. Mesmo reconhecendo-se que não se está diante de processos uniformes (Almeida, 2017), a reunião de evangélicos de muitos matizes aos católicos, que ocultam suas fragmentações em uma aparente unidade, teve como resultado a produção de uma política nos moldes da “fé cega, faca amolada” (Muniz e Cecchetto

² O livro “Um plano de poder”, de Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, com a colaboração do jornalista Carlos Oliveira, revela as estratégias de construção de um “projeto divino de nação”, que passa pela participação direta dos evangélicos na política nacional.

³ Variação livre do questionamento que Garrincha teria feito ao treinador Vicente Feola, durante a copa de 1958.

2019), que em nome de “Deus”, da “família” e da “pátria” se apresenta como a “nova onda conservadora”. Assim, foi paralisada a construção em andamento de uma política democrática, que valorizava a manifestação plural das diferenças no espaço público, revelando nuances de políticas “cristofascistas”⁴, que lidam de forma binária e excluyente com os povos tradicionais – associados às práticas maléficas (demonizadoras⁵), num ideário inspirado na supremacia branca estadunidense.

A mistura de imperativos teológicos e doutrinários com um projeto político de nação, sob o lema de campanha “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”, representou que os discursos de ódio e as ações sistemáticas de destruição tivessem consequências diretas no agravamento de discriminações em relação às moralidades não cristãs, aos saberes e práticas dos afrodescendentes e dos indígenas, bem como na produção de uma forma contemporânea de neocolonização política, discursiva e territorial. Ao mesmo tempo que inventaram “povos eleitos” e ressuscitaram a teoria do branqueamento no país.

A afirmação do vice-presidente, Hamilton Mourão (PRTB), um homem heteroidentificado como “pardo”, de que o Brasil herdou a “indolência” dos índios e a “malandragem” dos africanos, é um exemplo de como essa forma de fazer política recusa a alteridade, em nome de Jesus, e mistura os discursos nacionalista e supremacista, com a defesa de uma ordem imposta pela força e pelo medo. Se pensarmos bem, não há nada de muito novo nesse front. O tal “projeto de poder” é uma “velha roupa colorida”⁶, um passado de verde e amarelo, que já não nos serve mais. Melhor dizendo, não serve para aqueles que sabem que as relações de cidadania não podem funcionar segundo a máxima “já lhe dei liberdade, não lhe dou ousadia”. Afinal é apenas a partir da ousadia política que se pode superar os séculos de opressão e discriminação no país.

A relação entre religião e política no “campo” afro-brasileiro

A consagração da categoria “povos e comunidades tradicionais de matriz africana” ocorreu a primeira vez com o lançamento da primeira edição do “Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”,

⁴ O termo classifica políticas públicas e sociais que, em nome do cristianismo, excluem os grupos minoritários (Heyward 1999) Ver também Sölle (1970).

⁵ Ver Fernandes (1998).

⁶ Composição de Antonio Carlos Belchior e interpretada por Elis Regina, no álbum *Alucinação* (POLY-GRAM 1976).

em 2013, “definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos para cá trasladados durante o sistema escravista, o que possibilitou um contínuo civilizatório africano no Brasil, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade” (SEPPPIR, 2013: 12). O documento foi resultado de uma luta coletiva que expandiu o reconhecimento estatal a partir das conquistas iniciadas com a Constituição Federal e o Decreto n. 6.040/2007 (BRASIL, 2007), instrumentos jurídicos que possibilitaram a garantia de direitos a grupos culturalmente diferenciados no espaço público, sendo o último voltado essencialmente aos quilombolas e povos indígenas. Negar a dimensão religiosa tinha o objetivo de destacar a dimensão da política e da cultura.

Mariana Moraes (2021) salientou que a construção dessa categoria tinha a intenção de substituir o uso de expressões que destacam o caráter “religioso” (povo de santo/povo de axé) das práticas consideradas pelos afrorreligiosos como “tradicionais” de origem africana e caracterizar as violações não mais como intolerância religiosa, mas sim “racismo religioso”. É necessário refletir sobre o paradoxo que se coloca diante da relação entre a religião e a política neste contexto. A religião é questionada pelos afrorreligiosos como uma estratégia ocidental que não dá conta da complexidade dos modos de vida tradicionais, daí a necessidade de produzir novas nomenclaturas. Porém, a religião se torna um qualificador válido quando se trata de caracterizar as violações que têm sofrido, delimitando o tipo de racismo⁷ que se verifica quando as agressões são dirigidas às tradições de “matrizes africanas”⁸. O esforço êmico de caracterizar a existência de uma pluralidade de grupos⁹ e de descrever as agressões sofridas são uma reação à naturalização do racismo, que caracteriza as ações dos órgãos de segurança e justiça, que atomizam as situações, na lógica do cada caso é um caso, resultando na maior coleção de casos isolados que se pode imaginar...

É nesse contexto que a emergência da categoria *racismo religioso* precisa ser compreendida, como um contraponto político à *intolerância religiosa* (Miranda, 2012, 2018), que não é considerado um termo adequado pela afromilitância porque seria associada a uma concep-

⁷ Sobre uma discussão sobre os tipos de racismo ver Campos (2023).

⁸ A expressão no plural foi utilizada durante o Seminário Territórios das Matrizes Africanas no Brasil – Povos Tradicionais de Terreiro, 2011, realizado pela SEPPPIR.

⁹ São consideradas como tradições espalhadas no país: Babacuê; Batuque; Cabula; Candomblé Jeje; Candomblé Ketu; Candomblé Angola; Candomblé de Caboclo; Catimbó; Culto aos egunguns; Encantaria; Jurema; Omolocô; Pajelança; Quimbanda; Tambor de Mina; Terecô; Toré; Umbanda; Xambá; Xangô.

ção liberal, de fundamento cristão, que camuflaria ainda mais o já “invisibilizado” racismo à brasileira (Cardoso de Oliveira, L. 2004). É assim que se tem constituído a luta política por meio da estratégia de caracterização dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana como “vítimas”¹⁰ de violações em todos os direitos – sociais, políticos, econômicos e culturais – para apontar que o primeiro eixo de demandas é a garantia de direitos.

A produção acadêmica contemporânea tem se dedicado a lidar com a relação entre religião e política, a partir de uma reivindicação de que as marcas da matriz africana sejam reconhecidas no espaço público/na esfera pública de modo a contrastar com as estratégias desenvolvidas pelos grupos cristãos, cuja ambição é distinta, e que passou também a reivindicar-se como um movimento negro evangélico, de contribuição cultural para a formação da sociedade brasileira. Vagner Silva (2017) analisa que a emergência desse movimento não representou a superação da demonização das religiões afro-brasileiras. A ideia de uma “herança negra”, vinculada à ancestralidade de etnias vindas de África e às práticas tradicionais presentes nas religiões afro-brasileiras, segue sendo representada por grupos racistas como uma desqualificação, ou como uma apropriação, no caso do “bolinho de Jesus” que é usado para apagar o acarajé como uma comida votiva de orixá.

Entre uma política de terreiros e uma política para terreiros

A construção da categoria “política de terreiros” (Miranda, 2021) surgiu em contraposição às interpretações de pesquisadores brasileiros de que os “terreiros não se organizam” (mais um julgamento moral, que propriamente uma conclusão a partir de pesquisas empíricas¹¹), que é repetida por alguns religiosos sem experiência de militância em movimentos sociais e/ou partidários, cuja representação é de que a política é algo fora da vida religiosa, e não parte dela como defendem os aforreligiosos.

A política de terreiros é um esforço de apresentar como foi/tem sido construída a luta do movimento aforreligioso pela garantia dos seus direitos, seja no que tange à prática religiosa, seja em relação aos direitos políticos. As estratégias adotadas pelos

¹⁰ Trata-se de uma categoria altamente controversa que não será possível discutir no âmbito deste artigo.

¹¹ Ver Miranda e Boniolo (2017).

afroreligiosos estão orientadas pela valorização dos saberes tradicionais¹², construídos de forma comunitária e progressiva, nos próprios territórios, com destaque para o fortalecimento da identidade negra, da ancestralidade, da valorização da natureza, da produção de mídia própria. A mobilização é construída a partir de moralidades e éticas presentes nos terreiros, que orientam o processo de interlocução e de interação entre os sujeitos que compartilham de valores religiosos e políticos afro-orientados.

Quando se analisa os trabalhos sobre os “novos movimentos sociais” um dos aspectos ressaltados é que eles revelam modos de associação coletiva de grupos “marginais” em relação aos padrões de normalidade sociocultural (Touraine 1989). No caso dos afroreligiosos penso ser importante ressaltar que são influenciados por tradições afrocentradas, que conflitam com as diretrizes do colonialismo e consequências da “invisibilidade” branca (Cardoso 2008; Feres Junior 2015), principalmente no que se refere à supremacia branca no plano jurídico-político, que é o foco neste artigo. Os afroreligiosos têm buscado constituir formas de ação direta, voltadas aos problemas que os afligem, orientados por moralidades próprias, mas que não costumavam ser interpretadas como formas legítimas de ação política por se contrapor aos modelos hegemônicos (a “universalidade” branca e o modelo classista que prevaleceu nos movimentos sociais).

Uma exceção é o trabalho de Mello, Vogel, Barros (2019) que interpretaram as formas de mobilização e luta política dos terreiros como estratégias de reivindicação da sua existência no espaço público, fortalecendo os modos singulares de vivências, que funcionaram como enfrentamento à hegemonia do empreendimento colonial do Brasil. A dimensão da religiosidade de matrizes africana é pensada por esses autores como uma via política de resistência quando analisam a ida do iaô à missa, tal como foram os “quilombos” e as mortes por banzo. As três manifestações seriam expressões de uma desobediência civil no espaço público, que colocava em xeque a hegemonia cristã. Cada uma a seu modo revelam os campos de forças na constituição de uma sociedade urbana e seus limites no reconhecimento de demandas por direitos.

O preconceito e a discriminação dirigidos aos terreiros possuem características próprias e por isso demandariam ações específicas. Além das situações cotidianas de agressões e violações de vários tipos, há uma agenda sendo construída pelos afroreligiosos que podem e devem ser analisadas em profundidade, do mesmo modo como podem configurar uma agenda de militância, do que precisa ser monitorada e cobrada politicamente.

¹² Os princípios civilizatórios que orientam a diversidade dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana são a senioridade, a ancestralidade, a vivência comunitária, a circularidade, a oralidade e a visão transgeracional.

Ser instigada a pensar na interseção entre religiões/democracia/extrema direita provoca uma resposta imediata: diante de uma “vida social ativa” (Abu-Lughod, 2010) só se pode pensar sobre o exercício de direitos a partir da identificação de como as redes de sociabilidade dos sujeitos envolvidos e os meios técnico-políticos se articulam e produzem efeitos. Como parte desses sujeitos, fazendo uso de conhecimentos técnico-políticos, está o/a antropólogo/a cujo desafio profissional não se limita à construção de conhecimentos, mas constantemente desafiada a responder às demandas de intervenções (Cardoso de Oliveira, R., 2004). Assumir um lado, nesse contexto, não é apenas reconhecer-se como parte envolvida, mas é manter-se atento e crítico às responsabilidades do pesquisador diante dos compromissos ético-políticos quando se atua em contextos de pluralidade e democracia. Assumir-se como militante é apenas a primeira parte da tarefa, que delimita as fronteiras das representações de si e dos outros na busca da construção do comum e de uma vida pública democrática. O desafio segue quando se está diante das interações sociais, já que não há neutralidade efetiva diante de valores e práticas. As nossas escolhas não se dão no mundo ideal, mas a partir de situações concretas, que representam alternativas possíveis e válidas num dado momento e lugar. Daí a necessidade de se realizar um levantamento de eventos / situações sociais que constituem marcos na delimitação de um movimento afrorreligioso que se desenvolve numa relação de pertencimento e afastamento em relação ao movimento negro.

Quadro 1: Eventos / situações sociais relevantes na caracterização das demandas dos movimentos negro e afrorreligioso (1970-2022)

Anos 1970-2012	A partir de 2013
1970 – Fundação de blocos afro no nordeste (Rios, 2012)	2013 – instituição do Sinapir (Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial) e publicação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana

1985 – Tombamento da Serra da Barriga –	10 de junho de 2014 - Povo de Santo Ocupa Brasília - o primeiro ato público nacional promovido por afrorreligiosos na Praça dos Três Poderes. A mobilização foi um desagravo à decisão do juiz titular da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, que negara o pedido do Ministério Público Federal (MPF), a partir da denúncia da Associação Nacional de Mídia Afro (ANMA), contra a empresa Google Brasil Internet Ltda., para a retirada de vídeos, postados pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) (Miranda, 2021)
1985 - Criação do IPELCY - Instituto de Pesquisa e Estudo da Língua e Cultura Yoruba, e do projeto Tradição dos Orixás, na Baixada Fluminense (Gomes, Oliveira, 2021)	2016 – II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que começou a ser discutido no governo Dilma, foi para consulta pública em 2018, mas não chegou a ser publicado
A inclusão da discriminação racial na Constituição de 1988	2016 – golpe institucional - desmonte e destruição de políticas de direitos humanos: a) Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) perde status de ministério; b) Diminuição de recursos orçamentários às políticas de promoção de igualdade racial entre 2019 e 2021 (INESC, 2022); c) Exclusão de programas de enfrentamento ao racismo; d) Apagamento de dados: ex.: na Fundação Cultural Palmares teve dados de personalidades negras apagados do site sob a alegação de que o órgão não pertence ao Movimento Negro; e) Ameaça às políticas afirmativas de inclusão no ensino universitário
1991 – Criação do CENARAB (Centro Nacional de Africanidade e Resistência Afro-Brasileira)	2017 – circulação de vídeos na internet com a destruição de terreiros promovidas pelos “traficantes” / “milicentes” – os “ataques” passam a ser chamados de “atentados” pelo MPF (surge a categoria “terrorismo religioso”) ¹³

13 O “marketing do crime” é uma performance teatralizada dos ataques/atentados conduzidos por integrantes do Terceiro Comando Puro (TCP), cujo objetivo era produzir públicos subservientes nas proximidades territoriais e formar plateias ameaçadas por meio das telas dos celulares. Como parte de um jogo publicitário, o TCP criou seus próprios “casos de repercussão” difundindo seu estilo de governo de perfil evangélico-pentecostal. “Tocar um terror” é um marketing do modo de governar criminoso, que necessita promover espetáculos, à moda do “crime ostentação” para alcançar imediata e ilimitada difusão (Miranda, Muniz, Almeida e Cafezeiro, 2022), que representou a exportação desse tipo de ação para outros locais do país.

1996 – Matéria sobre “racismo” na Folha de São Paulo ¹⁴	2017 – Movimento o Luto na Luta / Primeira audiência pública realizada num terreiro de candomblé, promovida pela ALERJ
Mobilizações estaduais - Luta CONTRA INTOLERÂNCIA RELIGIOSA : Bahia, o Movimento Contra a Intolerância Religiosa - em 2000; Rio de Janeiro, em 2001, Movimento Diálogo Inter-Religioso contra a Intolerância Religiosa e pela Paz; no Rio Grande do Sul, em 2002, a Comissão de Defesa das Religiões Afro-Brasileiras	2019 – prisão, pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, de oito traficantes integrantes do grupo chamado “Bonde de Jesus”, ligados ao TCP, acusados de realizar ataques a terreiros de umbanda e candomblé na Baixada Fluminense.
2003 – A construção da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e a sanção da Lei 10.639	2019 – STF declara constitucionalidade de lei gaúcha que permite sacrifício de animais em rituais religiosos
2005 – Acarajé se torna patrimônio cultural	2019 – o deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL) encaminhou à Alerj um Projeto de Lei (470/2019), que visa acabar com o sistema de Reserva de Vagas (Cotas) nas universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro (Uerj, Uenf e Uezzo)
2006 – publicação da matéria na Folha de São Paulo, de Mario Hugo Moken, relatando as proibições do tráfico às religiões afro, como algo que já ocorreria desde 2002 ¹⁵	2020 – o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles defende “Passar a boiada”, ou seja, a “flexibilização” da legislação nacional (não apenas ambiental), que tem impacto direto junto aos povos e comunidades tradicionais
2008 – Capoeira se torna patrimônio cultural e criação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR)	2020 – Povos de terreiro lançam manifesto “Fora Bolsonaro e Mourão” ¹⁶ / surgem candidaturas de “axé” em vários estados

¹⁴ O coordenador nacional do Cenarab (Centro Nacional da Africanidade e Resistência Afro-Brasileira), Jayro Pereira, acusa adeptos da UIURD de invadirem um terreiro de candomblé e atacarem os presentes com golpes de Bíblia. O ataque teria ocorrido em 5 de outubro de 1988, em São João de Meriti, Rio de Janeiro, durante um culto. Ver: Entidade acusa fiéis de racismo, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/1/23/brasil/35.html>, acesso em 28/06/2023.

¹⁵ Ver: “Intolerância - Moradores relatam ameaças a adeptos de religiões afro, proibição de reuniões e fechamento de terreiros - Tráfico é acusado de vetar umbanda no Rio”, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0402200614.htm>, acesso em 28/06/2023. Graças ao trabalho de Christina Vital da Cunha (2014) sabemos que o problema é anterior (anos 1990).

¹⁶ Religiões de matriz africana somam-se a movimento populares na defesa da democracia e pelo impeachment do presidente Bolsonaro. Ver: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/em-defesa-da-vida-povos-de-terreiro-lancam-manifesto-fora-bolsonaro-e-mourao>, acesso em 28/06/2023.

2010 – Instituição do Estatuto da igualdade racial. No mesmo ano a Seppir apoiou a execução de nove marchas pela liberdade religiosa em municípios dos estados da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e no Distrito Federal, mas não lançou o Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa e de Promoção de Políticas Públicas para Comunidades Tradicionais de Terreiro, que previa a regularização fundiária e o tombamento de terreiros.	2021 – projeto de Lei (1788/21) transfere a revisão da Lei de Cotas de 2022 para 2042
2011 – Realização do Seminário Territórios das Matrizes Africanas no Brasil – Povos Tradicionais de Terreiro, realizado pela SEPPIR	2022 – Projeto de Lei PL 1279/2022 - Erika Kokay (PT-DF), institui o marco legal dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.
2012 – Lei de Cotas - nº 12.711	2022 – publicação de matéria na Folha de São Paulo sobre o recorde de candidaturas de pessoas ligadas à umbanda e ao candomblé ¹⁷

A construção de uma agenda política

Dentre as ações de expansão de *advocacy* voltadas ao racismo, destaco o caso do Recurso Extraordinário 494601 ao Supremo Tribunal Federal (STF), no qual se discutia a validade da Lei estadual 12.131/2004 (RS), sobre se o sacrifício de animais em ritos religiosos é constitucional. Mesmo não tendo sido citado expressamente o termo racismo pelas(os) ministras(os) do STF, a decisão foi considerada histórica ao tratar da violência contra as matrizes africana como uma das facetas do “racismo estrutural” (Hoshino, Bueno 2019). Não é uma mera curiosidade a controvérsia que envolve o abate ritual para as cerimônias do candomblé e os efeitos que têm no campo religioso e político (Oro, Carvalho, Scuro, 2017; Miranda, Almeida, 2022). É sabido que, mesmo antes de “passar a boiada”, a legislação ambiental já vinha sendo utilizada para atacar os terreiros.

¹⁷ Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/09/pais-tem-recorde-de-candidaturas-ligadas-a-candomble-e-umbanda.shtml>, acesso em 28/06/2023.

Esse exemplo deixa evidente como a existência de legislações antidiscriminatórias e voltadas para políticas de ação afirmativa não asseguram a transformação da prática jurídica (Rahier 2019), que em toda a América Latina, ainda se orienta por práticas burocráticas e sociais que funcionam para neutralizar de forma significativa as decisões jurídicas e administrativas antirracistas, já que os valores e crenças coloniais continuam orientando as elites brancas e brancas-mestiças¹⁸.

Penso que uma das chaves importantes para entender a resistência às pautas dos afrorreligiosos está na “tradicional” estratégia de colonização - a demonização das religiões afro-brasileiras. Pelo que vejo por aí não saímos dos moldes da inquisição.

Uma constatação que tenho feito, ao longo da pesquisa, e que talvez ajudasse como uma estratégia discursiva, em termos de política pública, é o modo pelo qual a discussão internacional sobre crimes de ódio (Miranda, 2023 – no prelo), cujo termo não existe na legislação brasileira, pode auxiliar na explicitação da negação do racismo. Do modo como a legislação internacional conceitua o crime de ódio o destaque é a dimensão coletiva do fenômeno. A ação ocorre entre indivíduos, mas a motivação para a agressão está associada ao fato de que o agressor discrimina / tem ódio ao que o grupo representa. Não se trata aqui de acreditar que a legislação muda a vida magicamente, muito longe disso, mas de pensar como no campo das políticas públicas a estratégia de trabalho passa por produzir nomeações. O ódio é a mola mestra da extrema direita, explicitar que uma agressão a uma comunidade tradicional é motivada pelo ódio é um modo de tentar frear essa ação.

Considerações finais

A eleição do mandato Lula / Alckmin celebra a “volta” da democracia, mas não me parece suficiente para frear a política de destruição implantada pelos governos Temer e Bolsonaro, até porque a eficácia de suas intervenções não está vinculada a eles, mas a modos de governar anteriores a eles, que seguem fazendo sentido para alguns e produzindo efeitos sobre todos. Embora até o momento meus interlocutores dizem que desejam e esperam mudanças (eu também!), seguem céticos em termos de garantias aos direitos dos povos de terreiro.

¹⁸ A categoria branco-mestiço é utilizada pelo autor para designar aqueles que invisibilizam e negam as diferenças étnico-raciais.

Para concluir gostaria de retomar alguns pontos, em termos do que significa pensar uma relação entre religiões – as afro-brasileiras / de matriz africana – a implantação da democracia, sempre vista como vulnerável, e a dita extrema direita no Brasil. Não se trata de encontrar soluções, mas de pensar em intersecções. Fazer projeções está fora das minhas possibilidades analíticas, mas apontar algumas dimensões prospectivas é um risco que pretendo correr.

➤ **A** | Há um reconhecimento de ações e iniciativas isoladas que funcionam como motrizes para seguir na luta, mas seguem longe de uma efetivação. A transformação desse cenário passaria pela construção de formas inovadoras de lidar com a relação entre a propriedade (geralmente individual de uso coletivo) e as isenções de impostos asseguradas apenas aos templos cristãos, por exemplo.

➤ **B** | A explicitação dos conflitos de modo violento e numa escala progressiva está diretamente relacionada à resposta de grupos reacionários e conservadores, que sempre geriram a política nacional e não gostaram de ver políticas sendo transformadas e produzindo efeitos, em termos de inclusão, tais como no caso das cotas nas universidades. O mesmo se pode dizer em termos de acesso aos direitos territoriais, que segue sendo o problema-chave no país. Invadir os terreiros por razões político-financeiras é uma estratégia de dominação, a destruição da tradição religiosa é consequência.

A emergência do “traficante evangélico” / “traficrente” / “milicrente” é parte de uma política de guerra às drogas que serve a interesses maiores, nos quais o medo é a forma de assegurar a dominação. Permitir a construção de igrejas evangélicas dentro de presídios, como ocorreu no Rio de Janeiro, não é uma ação meramente proselitista. É uma estratégia inerente ao projeto de poder da IURD, com objetivos claros. Esses mesmos presídios obrigam um pai / mãe de santo a ser submetido a revista íntima. Diante desses fatos não se pode dizer que o Estado laico funciona, porque assegurou a assistência religiosa. É preciso rediscutir esses limites. A análise que fiz, com Jacqueline Muniz, Rosiane Rodrigues e Fausto Cafezeiro (2022), sobre a distribuição dos ataques / atentados em relação ao território ocupado pelo domínio armado (tráfico/milícia) mostra como a dimensão espacial é relevante para compreender esse fenômeno.

Nos terreiros a sacralidade (o axé) está plantada, literalmente, no território que necessita ser preparado para que o sagrado aconteça. O que é totalmente distinto da relação de nucleação das igrejas evangélicas-pentecostais, caracterizada pela individualização do sagrado e dispersão no espaço. Os impactos que ambas possuem na circulação do

lugar são distintos, os efeitos dos deslocamentos forçados dos terreiros é muito mais complexo do que a mudança de uma igreja.

➤ **C** | Quando se trata de políticas públicas estamos no mundo da ambivalência. As polícias e os órgãos do Judiciário tanto podem defender quanto acusar/atacar os terreiros. Os afrorreligiosos sabem muito bem disso e jogam com os recursos que possuem, o que implica inclusive em negociar diretamente com os próprios agressores. Porém, isso não os livra de se assustarem ou se indignarem quando os próprios agentes públicos fazem essa recomendação – “vá conversar com o traficante para manter o terreiro aberto”. A reprivatização do conflito, pelo poder público, que implantou a evangelização como política, colabora para uma descrença nas instituições. Repensar e reconstruir as relações com os poderes públicos é uma ação urgente e necessária, em especial, nas áreas da educação, saúde, segurança e justiça.

➤ **D** | Em menos de 15 anos, no Rio de Janeiro, os conflitos entre religiosos de matriz africana e evangélicos deixaram de ser um problema das relações de proximidade e passaram a envolver confrontos predatórios pela hegemonia armada de espaços populares por traficantes e/ou milicianos, que se apresentam como membros de igrejas pentecostais e criadores de “exércitos” religiosos para a construção de uma nação de seguidores de Jesus. Isso tem resultado num reenquadramento das discussões no campo da segurança pública e da justiça, no sentido de analisar o fenômeno da criminalidade violenta dirigida a terreiros tomando como ponto de partida que se está diante de “história particular do conhecimento e do poder” (Asad, 2016, p. 278) que favorece modos de exercício (i)legal e (i)legítimo de poder em suas formas particulares de apropriação conformam símbolos e experiências religiosas nas favelas e periferias, mais uma vez tentando impedir a potência do “pensamento nagô” e a refundação de um país cristão e embranquecido, ao menos na retórica.

Não se trata apenas de um modo de governar que alia crime (política) e religião, orientado por uma lógica miliciana e alicerçado pela “batalha espiritual” (Silva, 2007). O fenômeno tem favorecido a consolidação de uma agenda de costumes (Vital da Cunha & Lopes, 2013) e o aumento dos atentados contra minorias de gênero, religiosas e raciais no país. Também tem possibilitado a construção de carreiras político-eleitorais de caráter extremista (Vital da Cunha, Lopes e Lui, 2013), marcadas por propostas expansionistas fundadas em narrativas mítico-políticas que podem corresponder tanto à negação como à glorificação de certo projeto de nação - projeto estético-político que

articula valores religiosos com outros atributos de poder, principalmente a teatralização bélica de uma masculinidade viril.

Política e religião como formas imbricadas, juntas e misturadas do poder-saber-agir e seus expedientes de distribuição de coerção não são propriamente uma novidade. A novidade é a (re)configuração das fronteiras entre o sagrado e o profano na produção de crenças e processos de subordinação concebidos e vividos. No caso que me coube analisar identifico que estamos diante de uma vivificação de (neo)cruzadas político-religiosas contra as religiões de matriz africana apoiadas em uma moral econômico-racial que permite negociar crenças, vidas, votos, bens e serviços públicos nos territórios populares. Infelizmente, não é suficiente pensar na solução mágica de tirar a religião da vida pública, é preciso redefinir os limites. Essa é a demanda dos movimentos afrorreligiosos, cujas lideranças há séculos resistem às perseguições, demonizações, expulsões, agressões físicas, ofensas morais. Eles pretendem seguir resistindo enquanto o projeto (neo) colonial seguir atuando de modo cartesiano e binário. A religião transpassa a política, encantando-a, e a política atravessa a religião, desencantando-a. A crença na modernidade nos faz querer uma separação de domínios que efetivamente não existe, a complexidade do universo cosmológico de matriz africana tem muito a nos ensinar sobre isso.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. The Active Social Life of Muslim Human Rights. A plea for ethnography, not polemic, with cases from Egypt and Palestine. **Journal of Middle East Women's Studies**, v. 6, n. 1, p. 1-45, 2010.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, v. 50, 2017, e175001.

ASAD, Talal. O conceito de tradução cultural na antropologia social britânica. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George (orgs). A escrita da cultura. Poética e política da etnografia. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/Editora da UERJ, p. 207- 236.

BRASIL. **Decreto n. 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm, acesso em 28/06/2023.

CAMPOS, Luiz Augusto. O racismo como sobrevivência: Muniz Sodré e a escravidão. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2023/O-racismo-como-sobreviv%C3%A2ncia-Muniz-Sodr%C3%A9-e-a-escravid%C3%A3o>, acesso em 28/06/2023.

CARDOSO, Lourenço. 2008. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957 - 2007). Dissertação em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Racismo, direitos e cidadania. **Estudos avançados**, v. 18, n. 50, p. 81-93, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O Mal-Estar da Ética na Antropologia Prática”. VÍCTORA, Ceres et al (Org). **Antropologia e Ética**. O debate Atual no Brasil. Rio de Janeiro, ABA/EdUFF, 2004, p.21-32.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FASSIN, Didier. Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort. **Anthropological Theory**, v. 8, n. 4, p. 333–344, 2008.

FERES JÚNIOR, João. A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos: branquitude e nação. **Caderno CRH**, v. 28, n. 73, p. 111-125, 2015.

FERNANDES, Rubem Cesar (coord.). **Novo Nascimento**: Os Evangélicos em Casa, na Igreja e na Política. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

HOSHINO, Thiago A. P.; BUENO, Winnie. 2019. **RE 494601**: o reconhecimento do racismo religioso? Disponível em <http://www.jusdh.org.br/2019/04/04/re-494601-o-reconhecimento-do-racismo-religioso/>. Acesso em 10 de abril de 2019.

GOMES, Edlaine de Campos; OLIVEIRA, Luís Cláudio de. Memórias documentadas do grupo “Tradição dos Orixás”: reações, resistência e ressonâncias afro-brasileiras dos anos 1980. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 3, p. 25–50, 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 2, p. 223-244, 1984.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HEYWARD, Carter. **Saving Jesus from Those who are Right**: Rethinking what it Means to be Christian. Minneapolis: Fortress Press, 1999.

MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno; BARROS, José Flávio da Silva de. 2019. Por que IAÔ tem de ir à missa? O desafio do santuário e o enigma da romaria afro-brasileira. In: A. P. M. de Miranda et al (org.). **As crenças na igualdade**. Rio de Janeiro: Autografia, p. 135-187.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. A força de uma expressão: intolerância religiosa, conflitos e demandas por reconhecimento de direitos no Rio de Janeiro. **Comunicações do ISER**, v. 66, p. 60 - 73, 2012.

_____. Intolerância religiosa e discriminação racial: duas faces de um mesmo problema público? In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de et al (org.) **A antropologia e a esfera pública no Brasil: Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário**. 1 ed. Rio de Janeiro: E-papers / ABA publicações, 2018, p. 329-363.

_____. A 'Política dos Terreiros' contra o Racismo Religioso e as Políticas 'Cristofascistas'. **Debates do Ner**, v.40, p. 1- 27, 2021.

_____. "Crímenes de odio": ¿una nueva estrategia para el enfrentamiento del racismo en Brasil?. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos et al (orgs.). **Antropología del Estado y de las organizaciones de gobernanza: miradas desde Argentina, Brasil, Chile y México**, 2023 – no prelo.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. "A galinha da religião de preto" e o reconhecimento de direitos: controvérsias e mobilizações dos povos tradicionais de terreiro em defesa da soberania alimentar e do enfrentamento ao racismo. **Religião & Sociedade**, v. 42, n. 2, p. 43-65, 2022.

_____; BONIOLO, Roberta Machado. "Em público, é preciso se unir": conflitos, demandas e estratégias políticas entre religiosos de matriz afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 86-119, 2017.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de; CAFEZEIRO, Fausto. Terreiros sob ataque? A governança criminal em nome de Deus e as disputas do domínio armado no Rio de Janeiro. **Revista Dilemas IFCS-UFRJ**, v.15, p. 619 - 650, 2022.

MORAIS, Mariana Ramos de. "Povos e comunidades tradicionais de matriz africana" no combate ao "racismo religioso": a presença afro-religiosa na Política Nacional de Promoção da Igualdade.

Racial. **Religião & Sociedade**, v. 41, n. 3, p. 51–74, 2021.

MÜLLER, Kauane Andressa; POZOBON, Rejane de Oliveira. Estratégias argumentativas do impeachment: análise dos argumentos acionados pela Presidenta Dilma Rousseff. **Revista Anagrama**, ano 11, v. 1, p. 1-17, 2017.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Fé cega, Facas amoladas - Regime do medo e práticas de exceção. **Boletim Revista do Instituto Baiano de Direito Processual Penal**, Ano 2, n. 6, p.7-9, dezembro de 2019.

_____; CECCHETTO, Fátima Regina. Insegurança pública: exceção como rotina, excepcionalidade como o normal no Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, pp. 4635-4644, 2021.

ORO, Ari Pedro; CARVALHO, Erico Tavares de; SCURO, Juan. O Sacrifício de Animais nas Religiões Afro-Brasileiras: uma polêmica recorrente no Rio Grande do Sul. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 2, p. 229–53, 2017.

PRONER, Carol et al. (Orgs.) **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

RAHIER, Jean Muteba. Evaluating the usefulness of contemporary ethnoracial law for Afrodescendants in Latin America through the examination of court cases and the appreciation of the state's processual nature. **Latin American and Caribbean Ethnic Studies**, v. 14, n. 3, p. 215-233, 2019.

RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 85, p. 41–79, 2012.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - SEPPIR. **I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**. Brasília, 2013.

SILVA, Vagner Gonçalves da (ed.). **Intolerância Religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo-religioso brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Religião e identidade cultural negra: afro-brasileiros, católicos e evangélicos. **Afro-Ásia**, n. 56, p. 83-128, 2017.

SÖLLE, Dorothee. **Beyond Mere Obedience**: Reflections on a Christian Ethic for the Future. Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1970.

TOURAINE, Alain. 1989. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendido". **Lua Nova**, 17: 5-18.

VERGER, Pierre. Etnografia Religiosa Iorubá e Proibidade Científica. **Religião & Sociedade**, v. 8, p. 3-10, 1982.

VITAL DA CUNHA, Christina. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. **Religião e Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 61-93, 2014.

_____. Religião & Sociedade 40 anos: números, temas, memórias 40 Anos. **Religião & Sociedade**, v. 37, n. 3, p. 225-240, 2017.

_____.; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**. Uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung; ISER, 2013.

Poder religioso e múltiplas mediações comunicacionais



Olívia Bandeira¹

Foto: Caill Souza - CC-BY-NC 2.0

¹ Olívia Bandeira é doutora em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, é coordenadora de formação, pesquisa e articulação internacional do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social e pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Religião da Unicamp.

Nas eleições de 2022, Nikolas Ferreira, de 26 anos, foi o deputado federal mais votado do país, somando quase 1,5 milhão de votos. Antes foi vereador de Belo Horizonte pelo Partido Liberal (PL) e se define como um jovem cristão e conservador. Ferreira ganhou projeção nas redes sociais aproveitando-se de polêmicas, discursos de ódio, transfobia e disseminação de pânicos morais², assim como a existência de uma “ideologia de gênero” a ameaçar a “família tradicional”³. Outro apoiador de Bolsonaro, o pastor e cantor evangélico André Valadão, da Igreja Batista da Lagoinha, também se destacou nas redes sociais nas eleições, incluindo a disseminação da informação falsa de que o Tribunal Superior Eleitoral o havia intimado a se retratar sobre falas contra Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT)⁴.

O leigo e o pastor fazem parte de um grande contingente de lideranças da extrema direita que vêm se projetando nas redes sociais nos últimos anos, aproveitando-se do modo de funcionamento e dos modelos de negócios das grandes plataformas digitais, cujos algoritmos valorizam conteúdos extremistas, sensacionalistas e informações falsas que geram mais cliques e, portanto, mais lucros para essas empresas.

A influência das “notícias falsas”⁵ nas eleições, em especial desde 2018, têm canalizado esforços de políticos, acadêmicos e da sociedade civil para ações de regulação dos procedimentos das grandes plataformas digitais que interferem nos conteúdos que circulam em suas redes. O debate em torno do PL 2630, conhecido como PL das Fake News, mas que tem o objetivo mais amplo de instituir a Lei Brasileira da Liberdade, Responsabilidade e Transparência da Internet⁶ é um debate, extremamente relevante. No entanto, têm deixado de lado, no entanto, análises sobre o sistema de mídia de forma mais ampla e sobre as múltiplas mediações comunicacionais que estruturam o debate público e a influência religiosa em um país de dimensões continentais como o Brasil.

² Uso pânico moral como uma forma de discurso que apresenta um caráter performativo e que utiliza largamente das mídias. Ver: Machado, Carla. “Pânico moral: para uma revisão do conceito”. *Interacções*, número 7, pp. 60-80.

³ Braun, Julia. “Religião e humor: a estratégia de redes sociais que alavancou Nikolas Ferreira, deputado federal mais votado do país. *BBC News Brasil*, 4/10/2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63136759>. Acesso: 16 jun. 2023.

⁴ “Post em que o pastor André Valadão mente sobre TSE é marcado como falso no Instagram”. *G1*, 21/10/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/eleicoes/noticia/2022/10/21/instagram-andre-valadao-informacao-falsa.ghtml>. Acesso: 16 jun. 2023.

⁵ Para um análise crítica do conceito de “fake news” ver: Entrevistas. *Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news*. São Paulo: Veneta, 2020.

⁶ Sobre regulação de plataformas ver: Gomes, Sheley; Vieira, Ramênia; Tavares, Viviane. “Plataformas digitais no centro das atenções: regular para avançar”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 04/05/2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/plataformas-digitais-no-centro-das-atencoes-regular-para-avancar/>. Acesso: 16 jun. 2023.

Concentração da mídia e poder religioso

Em uma perspectiva comparada, o Brasil, diferente de outros países da América Latina, possui uma mídia religiosa - católica e evangélica – consolidada há muitos anos e com grande poder político e econômico. O Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM-Brasil)⁷ mostra que nove dos 50 veículos de maior audiência no país (considerando TV, rádio, mídia impressa e mídia digital) estão nas mãos de igrejas e lideranças religiosas. Entre elas, o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, é dono do Grupo Record, e os apóstolos Estevam e Sônia Hernandes, da Igreja Renascer em Cristo, são donos da Rede Gospel de TV. Entre as mídias católicas, aparecem a Rede Vida de TV, do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã, e a Rede Católica de Rádio, uma associação de sete redes de rádio, entre elas a Rede Aparecida e a Canção Nova.

Igrejas e líderes religiosos também ocupam espaço na programação de emissoras de TV comerciais, entre eles televangelistas em atuação no país há muitas décadas, como o pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, e o missionário R. R. Soares, líder da Igreja Internacional da Graça de Deus.

Para além da mídia de maior alcance nacional, no entanto, existem milhares de estações de rádio e de TV, veículos impressos e sites de internet que são de propriedade ou dirigidos por lideranças religiosas e que possuem enorme importância no acesso à informação nas diferentes regiões do país. A presença religiosa cresce também entre as estações de rádio comunitárias, por força de alguns fatores. Destaco três deles: a ação de parlamentares religiosos, que se intensificou nos últimos anos nessa direção; a falta de fundos públicos para as rádios, o que tem gerado dificuldades econômicas, abrindo caminho para o controle de quem tem mais recursos; e o julgamento do Supremo Tribunal Federal, de 2018, que considerou inconstitucional trecho da lei 9.612/1998 que vetava o proselitismo.

É preciso um estudo mais aprofundado para o mapeamento do controle societário e do alcance desses veículos, além da análise do tipo de conteúdo que está sendo produzido, que pode variar enormemente tanto em relação a doutrinas e concepções teológicas quanto em relação aos discursos políticos disseminados.

⁷ Intervozes. *Monitoramento da Propriedade da Mídia*. Disponível em: <https://brasil.mom-gmr.org/br/>. Acesso: 16 jun. 2023.

Moralidades de fundo religioso associadas à extrema direita também podem ser encontradas em outro tipo de programa muito comum nas redes de TV e rádio abertas no Brasil: os policiaiscos. Pesquisa realizada pelo Intervozes desde 2014 mostra um crescimento de candidaturas de deputados estaduais, federais e senadores que são apresentadores de programas policiaiscos, e muitos são de partidos cristãos. No dia a dia dos seus programas, fazem um discurso em “defesa do consumidor”, denunciando o que seria a negligência do Estado em temas que vão do buraco na calçada às filas no sistema de saúde. Em paralelo, esses programas desenvolvem um discurso punitivista sobre segurança pública, defendendo a redução da maioria penal, a ideia de que “bandido bom é bandido morto” e violando uma série de direitos, como a presunção de inocência e a proteção da imagem de crianças e adolescentes. Junto a isso, promovem uma defesa da “família tradicional”⁸. Também são registrados casos de intolerância religiosa⁹.

O conjunto dessas mídias que se apresentam com um espécie de “selo de garantia” religioso e moral, num cenário de grande polarização ideológica e de desconfiança em relação aos veículos de mídia comerciais tradicionais, fornecem conteúdos que vão circular nas redes sociais e nos canais de mensageria como WhatsApp ou Telegram.

Múltiplas mediações e desafios

às institucionalidades e moralidades dominantes

As múltiplas mediações comunicacionais desafiam as pesquisadoras e os pesquisadores no entendimento das multiplicidades de agentes e de redes que fornecem espaços e repertórios para as vivências religiosas, as moralidades, o pensamento e a ação político-religiosos. Nesse sentido, não basta olhar para as lideranças religiosas e suas igrejas, o Vaticano, as frentes parlamentares religiosas no Congresso Nacional ou para aqueles religiosos que assumem cargos no Executivo. As pessoas acionam uma variedade de inspirações e influências em sua vivência social e em seu pensamento político

⁸ Bandeira, Olívia. “A violação de direitos humanos em nome de Deus e da família”. *Carta Capital*, 02/10/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-violacao-de-direitos-humanos-em-nome-de-deus-e-da-familia/>. Acesso: 16 jun. 2023.

⁹ Dias, Mabel. “Políciaescos são campeões em desinformação e violação de direitos”. *Carta Capital*, 16/06/2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/policiaescos-sao-campeoes-em-desinformacao-e-violacao-de-direitos/>. Acesso: 16 jun. 2023.

a partir da religiosidade que não se resume ao padre, ao pastor, mas inclui influenciadores digitais, organizações da sociedade civil, cantoras e cantores, escritores, artistas.

Mesmo a Igreja Católica, que é muito mais hierarquizada e centralizada do que o conjunto de denominações evangélicas, têm sua institucionalidade desafiada diante da ação de lideranças leigas, políticas ou midiáticas que muitas vezes possuem um posicionamento independente, por exemplo, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, como no caso em que a organização Centro Dom Bosco de Fé e Cultura, que tem entre seus apoiadores o padre midiático e bolsonarista Paulo Ricardo, entrou com uma ação na justiça solicitando que a organização Católicas pelo Direito de Decidir fosse obrigada a retirar o termo “católicas” de seu nome e documentos¹⁰.

No entanto, essa multiplicidade de referências religiosas num cenário de midiaticização da sociedade não engloba apenas o espectro da extrema direita, mas agentes que podem ser posicionados no espectro das esquerdas, dos progressismos ou de defesa de direitos dos grupos vulnerabilizados. A música gospel brasileira, por exemplo, com sua variedade de subgêneros que possuem suas próprias éticas e estéticas, têm ajudado a disseminar no mundo religioso evangélico questões de raça e classe social que foram historicamente silenciadas nesse meio. Vertentes da black music gospel, do rap gospel trazem as questões raciais e de território como centrais. Assim, ouvir um rap gospel não é apenas uma questão de ser evangelizado ou ter uma vivência com Deus a partir de uma preferência estética, mas é também uma vivência política¹¹.

Artistas do gospel também se envolvem em debates sobre questões de gênero, como quando a cantora Priscilla Alcântara, que criticou em seu Twitter as atitudes “fundamentalistas” de cristãos contra o aborto legal de uma criança estuprada, foi acusada pelo pastor Silas Malafaia de “péssima influência no mundo evangélico”¹². Assim, os debates sobre gênero na sociedade e no mundo religioso geram reações de lideranças hegemônicas, na tentativa de controlarem o discurso e as práticas relativas ao gênero e aos papéis de homens e mulheres na sociedade e na igreja, não só em ataques pessoais como no caso de Priscilla, mas em campanhas públicas como aquelas contra “ideologia de gênero”. Mesmo o feminismo passa a ser disputado. Em uma conferência

¹⁰ Ver: Rosado Nunes, Maria. José; Bandeira, Olívia.; Pereira, Gisele. 2021. “A quem pertence o termo ‘católicas’? Direito e mídia como arenas e estratégias do neoconservadorismo”. *Plural*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.28.1, jan./jun., p.17-49. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2021.185324>

¹¹ Ver: Bandeira, Olívia. *Música gospel: disputas e negociações em torno da identidade evangélica no Brasil*. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2023. (no prelo)

¹² Ver: <https://twitter.com/PastorMalafaia/status/1295494351959793667>. Acesso: 16 jun 2023.

no Dia Internacional da Mulher de 2021, realizada pelo ministério de Elizeth Malafaia, esposa de Silas, as conferencistas presentes disseram que não exatamente negavam algumas bandeiras do feminismo, mas tentavam delimitar que fases e pautas dos feminismos seriam aceitas e quais não o seriam. Em sua concepção de cristianismo, não aceitam o feminismo enquanto movimento, nem pautas como o aborto, as teorias de gênero e o transfeminismo, mas aceitam bandeiras que servem para o “empoderamento” das mulheres, para que trabalhem fora, desenvolvam a sexualidade com prazer dentro do casamento, etc.

Comunicação como direito

que permite acesso a outros direitos

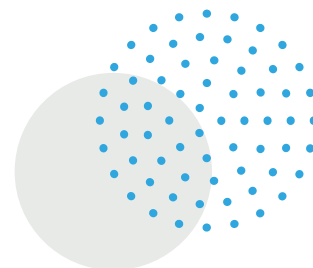
Gostaria de finalizar este texto retomando o conceito de direito à comunicação, mais amplo que o conceito de liberdade de expressão por considerar os impactos da concentração dos meios no exercício da cidadania e dos direitos individuais e coletivos dos diversos grupos que compõem a sociedade, em especial os grupos vulnerabilizados. A concentração exclui, por exemplo, as vozes das religiões de matriz africana, e a ausência de regulamentação e fiscalização no setor viola ainda seus direitos por meio de episódios de intolerância religiosa que são proibidos por lei e, no entanto, seguem acontecendo.

Mesmo os governos de esquerda não levaram a sério, pelo menos até agora, a necessidade de regulamentação das legislações já existentes e a construção de novos marcos legais e políticas públicas, que devem ir muito além do PL 2630. São necessárias políticas que enfrentem os monopólios e oligopólios, tanto das mídias tradicionais quanto das plataformas digitais, que façam valer a proibição da existência de políticos detentores de cargos eletivos que sejam donos de mídia, que não tolerem violações de direitos humanos como ocorre em programas policiais e em cerimônias religiosas televisionadas e que promovam a pluralidade e a diversidade dos meios de comunicação.

Essa é uma agenda relevante a ser aprofundada nos debates acadêmicos sobre religião no Brasil, assim como é necessária a articulação entre academia, movimentos

sociais e organizações da sociedade civil para um melhor entendimento dos aspectos legais e do contexto brasileiro no que se refere à articulação de temas como direito à comunicação, liberdade religiosa, combate à intolerância e ao racismo religioso e laicidade do Estado.

Bolsonarismo e a extrema direita no Brasil: uma reflexão sobre origens e destinos¹



Michel Gherman²

Motociata Acelera pra Jesus,
ocorrida em 2021, nas ruas de São Paulo.

Foto: Alan Santos, Agência Brasil – CC BY 2

¹ Este artigo foi apresentado no Encontro **Democracia, religiões e extrema direita no Brasil contemporâneo**: uma parceria entre o ISER e a Fundação Heinrich Böll, realizado no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 2023, sob a coordenação de Christina Vital da Cunha e Marilene De Paula.

² Michel Gherman é professor do departamento de sociologia e do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Na UFRJ Michel coordena o Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos, em conjunto com professora Monica Grin e o "Extremos": Laboratório de estudos em Política, Violências e Religião com a professora Christina Vital

A proposta desse pequeno artigo é de estabelecer uma reflexão acerca dos desenvolvimentos da extrema direita em um cenário pós-eleições de 2022. Nesse contexto, a derrota de Jair Bolsonaro, a vitória eleitoral do campo democrático³ e a tarefa de superação de posições pós- fascistas (TRAVERSO, 2021.) que dominaram o cenário político brasileiro desde 2018 serão aqui discutidas e analisadas. Meu interesse é entender e avaliar as perspectivas de superação do Bolsonarismo (SOLANO, 2018.) e das forças de extrema direita no mapa político brasileiro no futuro próximo. A mim interessa, pois, saber como lidar com essa coalizão de forças reacionárias e ultraconservadoras, ainda presentes e atuantes na sociedade e no Parlamento brasileiro, nos próximos anos.

Importante notar que há uma questão inerente de ofício que deve ser aqui explicitada. O desafio de discutir perspectivas da extrema direita no país pós-2022 não é tarefa simples. Reflito, pois, sobre esses temas a partir do lugar de historiador. Nesse sentido, vale estabelecer que a proposta de pensar o futuro é uma espécie de *défaut* para o historiador. Tendo o passado como uma referência constitutiva de seu ofício (KOSELLECK, 2006.) operacionalizar uma reflexão sobre o futuro produz um tipo interessante de “anomalia profissional” que está sendo enfrentada aqui por mim.

Nós, historiadores, eventualmente nos arvoramos de prever muito bem o passado. Na realidade, entretanto, mesmo essa reflexão acaba produzindo, “ilusões constitutivas”. Assim, “as previsões sobre o passado” podem não ser exatamente bem-sucedidas (HARTOG, 2015.). Nesse contexto, se nem o passado “nós historiadores” conseguimos prever, a suposta previsão sobre o futuro parece ser uma tarefa inglória.

Dessa forma, meu interesse aqui é o de lançar algumas questões que podem ajudar a pensar e entender um pouco como chegamos até aqui e para onde podemos nos descolar a partir de 2023. Ou seja, neste artigo busco perceber como o Brasil entrou em uma trajetória de polarização radical e de extremismo político.

Me importa saber como avançamos em direção a eleição que elegeu um candidato historicamente vinculado a extrema direita, com histórico de discursos elogiosos a Hitler e ao nazismo. Importante entender como o discurso violento e extremista de Bolsonaro não serviu de impeditivo para sua eleição e para apoios políticos que ele recebeu em 2018 e 2022. Ademais, e aqui está a referência a “ousadia de ofício” tentarei avaliar para onde nós podemos caminhar nos próximos anos e como seria possível evitar um novo fortalecimento de posições de extrema direita e pós-fascistas no quadro eleitoral brasileiro.

³ Me refiro aqui a apertada vitória de Luís Inácio Lula da Silva e a frente ampla que o apoiava no segundo turno das eleições de 2022.

Chamando o Fenômeno pelo Nome: O que nós

queremos dizer quando falamos em bolsonarismo?

Pretendo iniciar aqui um debate que considero importante e que, a meu ver, tem sido periféricamente discutido desde a ascensão da extrema direita no país. Neste contexto, queria formular qual seria o significado do termo “bolsonarismo”. Em outras palavras, interessa saber o que nós queremos dizer quando falamos em bolsonarismo?

Acredito que para analisar o que vivemos no país e também para estabelecermos um prognóstico dos próximos anos de desenvolvimento da política brasileira essa pergunta seja fundamental. Estabeleço essa questão juntamente com outros autores que analisam movimentos do que se convencionou chamar de “nova direita radical” ou de “nova extrema direita” em outros países que experimentam similar fortalecimento de partidos e grupos de extrema direita.

Aqui estou me referindo a autores como Cas Mudde (2007), Benjamin Teitelbaum (2020) e Enzo Traverso (2021), que colocam a pergunta sobre bolsonarismo justamente em termos comparativos com novas direitas radicais em outros países. Em certo sentido, as especificidades da nova direita e do bolsonarismo têm relação menos com perspectivas coerentes de agenda, programa e ideologia e se relacionam mais com o que aqui chamaremos de “política dos sentimentos”.

O que produz o material para a nova direita contemporânea e para práticas de extremismo político é mais o medo do que a esperança, o pânico mora (SOLANO, 2018) mais do que a agenda política, o ódio mais do que um projeto de edificação de ordem, o ressentimento mais do que a solidariedade e a luta por justiça.

Vejam, nada disso é novo. Autores conhecidos e respeitados como Benjamin (1987) e Adorno (2006) já estabeleciam análises sobre os fascismos e o nazismo baseadas justamente na construção de estética, propaganda e percepções de inimigos produzidas a cada etapa da ascensão do movimento. Para eles, o fascismo é mais uma “forma de sentir-se no mundo” do que uma “forma de pensar o mundo”.

O que é importante notar aqui, é que primeiramente as forças democráticas buscavam mais coerência e ideias na extrema direita do que propriamente desejo e vontade

nesses grupos. Por outro lado, as tecnologias de construção de “percepções” e “bolhas” (GOODMAN, 2020) parecem ser mais eficientes e adequadas a perspectivas no “aceleracionismo” (HERF, 1984) típico dessa nova direita reacionária e ao mesmo tempo revolucionária. Nesse contexto, uma comunidade política de extrema direita surge diante de nós de maneira surpreendente e pouco previsível justamente para quem esteve esses anos em superfícies analógicas e da política tradicional.

No Brasil, desde 2017 passamos a conviver com uma “comunidade moral bolsionarista” (ALONSO, 2019), na qual idiomas, valores e morais desafiavam nossas lógicas humanistas, liberais e democráticas. Esse desafio estabelecido como ameaça para setores da população constituía-se em proteção para os “bolsonaristas”.

Crivados de medos, ressentimentos, colonizados no desconforto civilizatório e no ‘pânico moral’⁴, bolsonaristas viam essa nova “comunidade política” estabelecida gradualmente no subterrâneo digital da política tradicional. Neste sentido, se o bolsionarismo não é ideologicamente nazista, ele se constitui em uma gramática típica de valores pós-fascistas e pós-nazistas.

Nessa comunidade, a percepção de mundo e as dimensões estruturantes da realidade são produzidas a partir de uma “linguagem” de difícil compreensão para os que estão de fora. Se é difícil compreendê-los e acessar suas percepções, mais difícil ainda torna-se combater suas ideias e produzir uma “conversão” para a superfície (KLEMPERER, 2009). Como resultado, temos o crescimento considerável dessa comunidade política no país.

Não nos referimos apenas ao bolsionarismo, mas há uma troca de sinais na percepção popular. Se a Direita passa a ser uma referência absolutamente positiva, extrema direita se estabelece, para as comunidades bolsonaristas como algo ainda melhor, desprovido de mal.

Temos uma epidemia de nazismo?

Temos pouquíssimas pesquisas sobre o avanço da extrema direita no Brasil. As que vou trazer aqui, com exceção de uma, são todas de fora do Brasil: a SafeNet e a ADL (Anti-Defamation League). A Anti-Defamation League, de 2019 a 2022, localiza o Brasil

⁴ Como vimos no material produzido por Jair Bolsonaro sobre o Material didático de combate à homofobia nas escolas produzido pelo Ministério da Educação (Vital da Cunha e Lopes, 2012).

como o país com maior crescimento de grupos de extrema direita. E aqui quero fazer um parêntese⁵.

Trata-se, entretanto, de uma extrema direita que utiliza uma gramática de extrema direita, não usando necessariamente uma perspectiva simbólica de extrema direita.

Neste sentido, essa nova direita brasileira usa referências que remontam a negacionismos históricos, do Holocausto, da escravidão e dos direitos humanos em uma perspectiva simbólica muito potente e perene, com referências pontuais e não explícitas do nazismo histórico. Importante entender que me refiro aqui aos dados da ADL, uma instituição judaica dos Estados Unidos: o Brasil é o país onde a extrema direita mais cresceu no mundo de 2019 até hoje. Se estivesse falando apenas de uma pesquisa pontual, ela poderia conter um erro de análise, então vamos para outra, a da SafeNet.

Essa entidade internacional fez uma análise dos dados do país a partir de navegações em sites de extrema direita. Em sua pesquisa eles são um pouco mais otimistas: o Brasil é o país com o maior crescimento de grupos de extrema direita fora da Europa do Leste. O país constitui-se no sétimo país, onde todos os seis anteriores estão na Europa Oriental.

Se quisermos avançar um pouco mais, a Polícia Federal brasileira aponta que, no último ano, o número de grupos acompanhados por ela cresceu de 13 para 110 em um ano.

Então, volto à pergunta anterior: o que é bolsonarismo? Acho que um dos elementos fundamentais, e Cas Mudde nos traz isso, é tentar entender o que significa a extrema direita, sabendo que ela é um fenômeno complexo e com multi-informações. E o que alguns autores falam é que Bolsonaro tem uma referência diferente de outras lideranças de extrema direita que chegaram ao poder.

Se analisamos, por exemplo, a trajetória de Donald Trump, notamos que ele foi pré-candidato do Partido Democrata. No caso húngaro, Viktor Orbán começou a carreira no Partido Socialista da Hungria. Na Índia, temos também um processo de deslocamento de um debate étnico em direção à extrema direita. O debate continua sendo étnico, mas sai de um debate contra-hegemônico para um debate étnico hegemônico e exclusivista. Com Bolsonaro, o processo é outro. Ele foi um candidato que se utilizou de uma gramática de violência, uma gramática de discurso do ódio, e ingressou na vida política brasileira

⁵ Esses dados foram compilados em várias publicações entre 2022 e 2023. Referências aos dados da ADL, da SafeNet e da Polícia Federal podem ser encontrados nos seguintes sites: 1 <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/casos-de-apologia-ao-nazismo-aumentam-900-em-dez-anos-de-acordo-a-pf/>; 2 <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghtml>; 3 <https://new.safenet.org.br/content/denuncias-de-neonazismo-safenet-aumentam-60-em-um-ano>

enquanto alguém de extrema direita. Mais do que isso. Bolsonaro utiliza, no seu trajeto político, referências que são claramente da extrema direita, e vou dizer mais, referências do nazismo. Aqui eu utilizo o termo cunhado por Enzo Traverso, que o utiliza em um debate academicista sobre se é possível discutir ou não o nazismo depois de 1945.

Ele resolve esse debate acadêmico chamando o que acontece depois de 1945, principalmente depois dos anos 1970, de pós-nazismo. É um nazismo profundamente vinculado a essa gramática, como dissemos acima, porém, sem os seus símbolos apresentados de forma explícita. Vivemos pois, talvez mais que qualquer lugar do mundo, sim, uma epidemia de pós-nazismo, construída e estabelecida por um movimento claramente e, desde sempre, vinculado a extrema direita: o bolsonarismo, surgido de um político pouco relevante e periférico da política carioca e fluminense.

O que fazer?

É fundamental, entendermos com quem estamos falando. E aqui faço uma pequena provocação: se Bolsonaro era um candidato de extrema direita, da galhofa, ele se transforma em um candidato de extrema direita do fascismo em um clube judaico no Rio de Janeiro⁶. Se nós escutarmos aquela palestra do início até o final, ao sair dela vamos perceber com clareza se tratar de um candidato de extrema direita pós-nazista.

O primeiro ponto é que talvez nós estejamos perdendo a perspectiva de como combater o pós-nazismo no Brasil e acima de tudo, saber que é um projeto de referência do passado. É um projeto que pode incluir o lugar de mais segurança para grupos específicos. Se trataria, pois, de um lugar no qual eu sei quem eu sou, eu sei quem você é, e nós todos podemos estar juntos. É claro que, na ausência de alguns grupos, esse passado me é mais seguro. E não são exatamente os grupos do nazismo histórico, e por isso estou falando de pós-nazismo.

Não estou me referindo, por exemplo, aos negros e à ausência dos negros no espaço público. Estou me referindo aos negros que resistem. Não estou me referindo à ausência da mulher no espaço público. Eu estou me referindo à ausência da mulher que tem posições feministas. Eu não estou me referindo sequer à ausência das comunidades

⁶ Me refiro a palestra Jair Bolsonaro como pré-candidato em abril de 2017 no clube Hebraica do Rio de Janeiro. Ver: GHERMAN, Michel. O não judeu judeu: A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo: São Paulo: Fósforo. 2022.

LGBTQIA+. Eu estou me referindo àquelas que exigem direitos. Ou seja, o pós-nazismo brasileiro imagina um passado no qual a ausência dos grupos que resistem garante uma perspectiva de harmonia.

A vitória contra o extremismo de direita tem relação com o desafio de combater seu projeto de passado. Oferecendo um projeto de futuro de inclusão, segurança e solidariedade sem ameaçar os valores e as lógicas dos que se sentiram atraídos pela segurança oferecida pelo bolsonarismo. Talvez, em outros termos e lógicas, necessitemos refundar a ideia de Brasil como país do futuro.

Referências bibliográficas:

ADORNO, T. "Dialética do esclarecimento". Tradução de G. A. de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

ALONSO, Ângela. A comunidade moral bolsonarista. In: ALONSO, Ângela; et al. (Orgs). Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GHERMAN, Michel. O não judeu judeu: A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo: São Paulo: Fósforo. 2022.

GOODMAN, MICAH. O impasse de 1967: a Esquerda e a Direita em Israel e o legado da Guerra dos Seis Dias. São Paulo: É Editorar, 2020.

HERF Jeffrey, *Reactionary Modernism: Technology, Culture and Politics in Weimar and the Third Reich* Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KLEMPERER, Victor. LTI: a linguagem do Terceiro Reich. Trad. Miriam Oelsner. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MUDE, Cas. Populist Radical Right Parties in Europe. New York: Cambridge University Press, 2007.

SOLANO, Esther et al. O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. In: SOLANO, Esther (org.). Boitempo, 2018.

TEITELBAUM, Benjamin. Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Tradução Cynthia Costa. Campinas: UNICAMP, 2020.

TRAVERSO, Enzo. As novas faces do Fascismo. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2021.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012, v.1. p.232.

Fontes:

1

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/casos-de-apologia-ao-nazismo-aumentam-900-em-dez-anos-de-acordo-a-pf/>;

2

<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/01/16/grupos-neonazistas-crescem-270percent-no-brasil-em-3-anos-estudiosos-temem-que-presenca-online-transborde-para-ataques-violentos.ghhtml>;

3

<https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-neonazismo-safernet-aumentam-60-em-um-ano>.

Como pensar a democracia após um governo de extrema direita?



Flavia Rios¹

Posse Presidencial 2023: plenário da Câmara dos Deputados durante sessão solene do Congresso Nacional destinada a dar posse ao presidente e ao vice-presidente da República. 01/01/2023.

Foto: Agência Senado

¹ Flávia Mateus Rios é doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo (USP). Atualmente é diretora do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense e professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Sociologia da mesma universidade. É fundadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Guerreiro Ramos (NEGRA). Integra o Comitê Científico do AFRO/CEBRAP e tem experiência nas áreas de Sociologia Política e da Cultura com ênfase nos estudos de ação coletiva, teorias interseccionais e políticas afirmativas.

Na América Latina do início do século XXI, o Brasil foi o país que viveu de forma mais bem acabada a experiência de um governo de extrema direita, marcado pelo neoliberalismo, pelo negacionismo histórico e científico, pelo conservadorismo moral, pela manipulação de símbolos nazistas, pelo reacionarismo, por fervorosos discursos em defesa da ditadura militar e, por conseguinte, posicionamentos e ações contra os direitos humanos. Com o golpe parlamentar contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, o Brasil fechava as cortinas da chamada onda rosa no continente e virava palco para uma das experiências mais danosas ao já frágil Estado democrático de direito.

O cenário tropical da nação brasileira não tornou as cores do governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) menos acinzentadas. O contexto mundial de crescimento da extrema direita não deixava dúvidas para a caracterização do que se passou no sul dos trópicos. A emergência do autoritarismo populista e armado até os dentes colocava a democracia em sua forma e substância em perigo. Na academia, não faltaram nomeações para os processos de enfraquecimento da democracia brasileira: crise da democracia, desdemocratização, democracia em perigo, recessão democrática, erosão e colapso democrático, enfim, a imaginação política foi longe na tentativa de explicar as ameaças ao regime democrático ainda que este não tivesse se rompido completamente.

Assim, o Brasil é conhecido e reconhecido mundialmente como uma experiência exitosa (para alguns) e desastrosa (para outros) de ascenso da extrema direita na segunda década do século XXI. Analistas sumarizam as combinações de fatores que levaram à ascensão da extrema direita ao poder no Brasil e em outras partes do mundo: crises e frustrações econômicas, perda de perspectiva de futuro, medo e insegurança social. Acrescente-se ao país suas flagrantes e históricas desigualdades raciais e de gênero, bem como as violências e violações de direitos humanos rotinizadas e naturalizadas no imaginário social.

Em que pese a péssima gestão da pandemia de Covid 2019, marcada por negação da doença bem como pela difusão dos discursos antivacina no país, Bolsonaro alimentou a força política para o segundo turno eleitoral, aglutinando grupos conservadores, reacionários, antidemocráticos, cristãos e evangélicos de direita e militaristas até o fim de seu mandato. As tentativas de desmonte do Estado brasileiro e as diversas investidas do governo de extrema direita de se manter no poder atacando o processo eleitoral, bem como a orquestração da polícia rodoviária federal dificultado as liberdades políticas de cidadãos do nordeste brasileiro e de algumas cidades do sudeste não foram suficientes para assegurar a vitória a Jair Bolsonaro no segundo

turno. As forças democráticas internas (com a ampla aliança política partidária da esquerda ao centro, bem como as movimentações intensas da sociedade civil fortemente articuladas) e a mudança na geopolítica mundial com a vitória eleitoral dos democratas nos EUA e os ganhos no novo giro progressista na América Latina, como a chegada na Colômbia de Gustavo Petro e Francia Marques, com o Pacto Histórico, ou mesmo com a retomada da esquerda no Chile, com Gabriel Boric, ou ainda o retorno da esquerda ao poder na Bolívia, convidavam o Brasil a reerguer-se novamente como democracia na maior economia da América do Sul.

Numa emocionante campanha que resultou na apertada vitória de Luiz Inácio Lula da Silva com uma frente ampla em direção àquele que foi o seu terceiro ato de governar o Brasil. Agora, diferentemente de 2003/2006 e de 2007/2010 em face da extrema direita. Este terceiro mandato de Lula tem por desafio enfrentar as direitas antidemocráticas, a extrema direita institucionalizada no Poder Executivo federal, nos estados e municípios brasileiros, bem como no Legislativo e em espaços expressivos do Judiciário. Mais do que isso: o pensamento e as práticas da extrema direita se encontram presentes e organizados no tecido social.

Em contraponto, a retomada democrática precisa de sustentação ao longo do tempo. O atentado contra os três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023, bem como as mobilizações pós-eleições, visto pela permanência dos acampamentos de pessoas adeptas ao bolsonarismo, coloca para nós o desafio de pensarmos a reconstrução da nossa democracia, de baixo para cima. Devemos enfrentar de forma firme os grupos responsáveis por alimentar o ódio e a desinformação, bem como aqueles que financiam e fortalecem ideologicamente a deslegitimação do processo eleitoral, negando a vitória de Lula por meio de acusações falsas, questionando a eficácia das urnas eletrônicas ou mesmo pregando abertamente a destruição física do presidente eleito em 2022.

Mais do que responsabilizar os grupos políticos e econômicos por traz das ações que visam desestabilizar a democracia brasileira após as eleições de 2022, é preciso ter clareza de que estamos diante de um contexto especial no que tange à necessidade de revermos de forma radical os nossos parâmetros de vida coletiva, uma vez que a estabilidade democrática vive perigo real até mesmo em países com longa tradição de democracia liberal, como foi o caso da experiência norte-americana com o Donald Trump. Vivemos um momento em que a própria palavra tolerância parece ser insuficiente para dar conta da convivialidade.

Nesse cenário complexo, o que a experiência brasileira pode aprender e ensinar?

Em primeiro lugar, é preciso voltarmos a ter a capacidade de imaginar o futuro. Mais do que isso: é preciso termos capacidade de imaginar um futuro comum, em que diferenças coexistam com igualdade de fato. Não é por menos, trata-se do desafio histórico e persistente das democracias existentes nos séculos XX e XXI. Na maioria das vezes, elas não conseguem garantir a cidadania a todos no contrato político, legando rastros profundos de violências e desigualdades sistêmicas na vida cotidiana. Tais desigualdades e violências são o solo fértil para os discursos de extrema direita que não têm problemas com as desigualdades, ao contrário, constroem uma projeção do futuro ancorada num passado imagético em que supostamente todos tiveram uma vida melhor do que no presente, bastando arregrar-se aos valores tradicionais, como homogeneidade nacional, autoridade militar e família nuclear patriarcal e heteronormativa.

Em segundo lugar, é preciso haver um certo equilíbrio social e político que consiga conciliar minorias e majorias, demográficas e sociais e políticas. É preciso comunicação e solidariedade entre os grupos. Mas, como fazê-la? No Brasil, muito se fala em pautas identitárias, mas essas aparecem mais como discursos vazios – que mais rotulam do que explicam – e, por isso, estão longe de explorar as reais demandas dos movimentos sociais brasileiros – como os movimentos negros, LGBTQIA, feministas, indígenas, quilombolas, de entre outros. Esses movimentos lutam por direitos e reconhecimento. Neles, as demandas através das identidades devem ser pensados como estratégia para a garantia de seus objetivos tais como: direitos à vida, ao tratamento justo, à igualdade, ao respeito e à dignidade humana às suas formas de existência.

A diversidade é inexorável às democracias modernas e contemporâneas. Embora seja um fato, a diversidade nas democracias é um grande fardo para muitos. Mais do que fardo, é fonte de conflito. Conflitos esses que escapam em muito ao espaço plural de ideias. Ao escapar ao diálogo, ganha a forma de discurso de ódio, de xenofobia, de políticas de exclusão, arena para fundamentalismos, para a extrema direita, como vimos no caso brasileiro.

A defesa normativa a que me proponho aqui visa à oportunidade para apostarmos em um amanhã com estabilidade democrática. As instituições podem ser boas mediadoras de conflitos e podem corrigir fortes e persistentes injustiças. A experiência da resiliência das nossas instituições, especialmente das burocracias com maior histórico de protocolos e normas enraizadas na cultura institucional, mostra que o

Estado brasileiro pode sustentar um abalo sísmico e ainda assim resistir sem a perda completa da democracia. Ainda que esta tenha precisado respirar por aparelhos durante o governo passado.

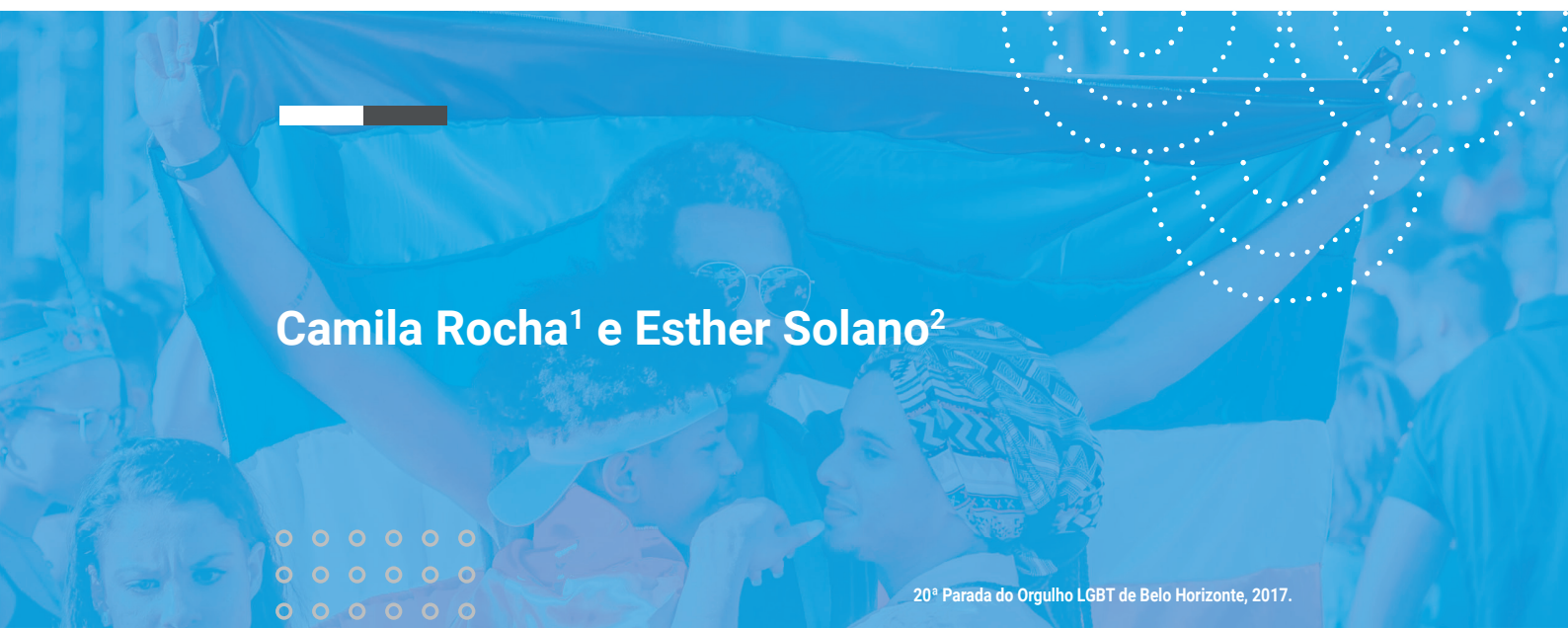
Diferenças ideológicas, sociais, de cultura, de etnicidade, de gênero e de religião, por exemplo, podem conviver desde que os valores democráticos e normas de convívio comum sejam salvaguardadas e estejam bem enraizadas no tecido social. É possível apostar na cooperação entre os grupos diversos em nossa sociedade. Mas é preciso esforço para que isso ocorra, tanto por parte dos políticos – da política institucionalizada – como dos cidadãos em seus valores e práticas. O recado é claro, mesmo que tenha sido muito difícil até aqui, não há razões para desistirmos da democracia com diversidade e igualdade, de fato.

A retomada democrática precisará dar essas garantias constitucionais aos seus diversos cidadãos ao mesmo tempo em que precisará responsabilizar os agentes públicos, sociais, civis e militares dos atentados que cometeram contra a democracia. A extrema direita precisa pagar pelos danos materiais e imateriais que cometeu contra o Estado e contra os seus cidadãos. Sendo assim, não será possível uma verdadeira retomada democrática sem enfrentarmos os fantasmas velhos e jovens que batem às nossas portas.



Significados da família

Baseado em
pesquisa realizada
para a agência nova s/b



Camila Rocha¹ e Esther Solano²

20^o Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, 2017.

Foto: UPSLON - CC-BY-4.0

¹ Camila Rocha é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do CEBRAP. Ganhadora dos prêmios de melhor tese de doutorado da Associação Brasileira de Ciência Política e Tese Destaque USP, foi finalista do 64o Prêmio Jabuti com o livro "Menos Marx mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil" (Todavia, 2021). Co-autora do livro "Bolsonaro Paradox" (Springer, 2021), atualmente escreve uma coluna quinzenal sobre política na Folha de São Paulo.

² Esther Solano é socióloga, com mestrado e doutorado pela Universidade Complutense de Madri, é professora da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). É autora, entre outros livros, de "The Bolsonaro Paradox – The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil" (2021, Springer) e co-organizadora de "The Right in the Americas" (Routledge, 2023).

Para compreender o que a família significa para brasileiros com diferentes posições políticas, a agência de comunicação **nova s/b** encomendou uma pesquisa qualitativa com eleitores de diversos lugares do país.

Ao todo, foram entrevistadas 15 pessoas, das quais seis são evangélicas e nove católicas. Nas eleições de 2018 e 2022, seis delas votaram em Lula no primeiro e segundo turnos, três votaram em Bolsonaro no primeiro e segundo turnos, e seis pessoas não optaram nem por Lula nem por Bolsonaro, nem no primeiro e nem no segundo turnos de ambas eleições. Todos os entrevistados são mães e pais das faixas CD de renda que residem no Nordeste ou no Sudeste (mais detalhes em anexo ao final do texto).

As principais diferenças sobre os significados da família observadas na pesquisa se dão entre evangélicos e não-evangélicos e quem votou em Bolsonaro e aqueles que não o fizeram.

A família tradicional centrada em ensinamentos cristãos é celebrada por pessoas evangélicas e eleitores de Bolsonaro, enquanto os demais entrevistados possuem uma definição de família mais aberta, que abrange diversos formatos para além do modelo tradicional.

Discussões sobre a família são atravessadas, necessariamente, por questões econômicas, relacionadas à violência e acesso a conteúdos digitais por crianças e jovens, frente às quais as famílias se sentem inseguras e pouco amparadas pelo poder público.

Nesse sentido, o que diferencia os entrevistados que votaram em Lula dos demais é sua aposta em políticas públicas para superar as dificuldades vivenciadas pelas famílias e seu otimismo no que tange à melhora futura da economia.

Os demais entrevistados tendem a ser mais céticos em relação à possibilidade do poder público conseguir suprir carências nesse sentido, e, no caso de pessoas evangélicas, há uma preocupação especial com políticas relacionadas à gênero e sexualidade, sobretudo no âmbito das escolas.

A seguir, os principais resultados da pesquisa são apresentados considerando os seguintes tópicos: 1. Definições de família; 2. Modelos de família; 3. Escola; 4. Violência; 5. Internet; 6. Economia; 7. Governo Lula.

1. Definições de Família

As definições de família dadas pelas pessoas entrevistadas variam de acordo com seu perfil ideológico e religioso.

Aqueles que votaram em Bolsonaro e se declaram evangélicos tendem a defini-la a partir do modelo tradicional, isto é, a família formada por marido, esposa e filhos. Ainda que compreendam que fatalidades possam interferir no funcionamento deste modelo, como divórcio, morte de um dos cônjuges, ou menor convivência com um ou ambos os pais, o modelo ainda continua a funcionar como o ideal do que uma família “estruturada” e “correta” deve ser.

Para os entrevistados evangélicos, sobretudo para aqueles que votaram em Bolsonaro, a família tradicional que segue os ensinamentos de Cristo é a base de suas vidas. Em sua visão, os ensinamentos de Cristo vêm sempre em primeiro lugar e são o pilar da família.

Em sua visão, independente do voto, é importante que a família compartilhe da mesma fé, dos mesmos preceitos religiosos e de uma mesma rotina de frequência aos cultos.

O comportamento dos pais serve, necessariamente, de exemplo ao comportamento dos filhos. Assim, é esperado que um comportamento exemplar por parte dos pais aumente as chances de que os filhos desempenhem de forma semelhante. Há, ainda, um entendimento de que os pais devem interferir mais ativamente no cotidiano dos filhos, dando conselhos, encorajando certos comportamentos e vetando outros.

Entre os eleitores que não se declaram evangélicos, a prática religiosa possui uma importância menos central no cotidiano familiar em comparação à importância concedida pelos evangélicos. Além disso, tais eleitores entendem que os filhos devem ser livres para optar por seguir a mesma religião da família no futuro ou não.

Em sua visão, não há um modelo mais correto ou que necessariamente fornece uma “melhor estrutura” emocional e financeira para a família, uma vez que diferentes arranjos podem funcionar.

Os entrevistados nem-nem, e aqueles que votaram em Lula, possuem uma definição de família mais aberta, que abrange diversos formatos para além do modelo tradicional. Em sua visão, **o fundamental seria a existência de amor, carinho, cuidado e respeito no cotidiano familiar, sobretudo em momentos de dificuldade financeira, em que uma pessoa da família deve ajudar a outra.**

2. Modelos de Família

Há uma percepção bem acentuada das diferenças entre o modelo de família proposto por Bolsonaro em comparação com o posicionamento de Lula sobre o tema.

Quem votou em Bolsonaro exalta sua defesa da família tradicional, a importância de Michelle Bolsonaro como modelo de esposa e sustenta que o deputado federal Nikolas Ferreira é um bom modelo a ser seguido pelos jovens.

Em seu entendimento, Lula não possui e nem defende um modelo de família específico, apenas quer destruir a família tradicional.

Já para os entrevistados críticos a Bolsonaro, **o governo Lula e o PT não promovem uma imagem de família clara.**

O posicionamento de Lula e do PT deixaria espaço aberto para a manifestação da diversidade de gênero. Isso seria positivo dado que o PT pregaria a diversidade ao mesmo tempo que procura promover a dignidade material das famílias por meio de políticas públicas. Em sua visão, Bolsonaro teria feito pouco pelas famílias na prática. Inclusive, sua conduta durante a pandemia, e o discurso de ódio, violência e exaltação de armas realizado por bolsonaristas, teria prejudicado as famílias brasileiras.

Por fim, Bolsonaro é criticado por fazer um uso eleitoreiro da defesa da família tradicional para enganar as pessoas.

Ao mesmo tempo, para eleitores nem-nem e, sobretudo, para quem votou em Bolsonaro, Lula também se aproveitou da pauta LGBTQIAP+ para se eleger e fazer marketing de seu governo.

3. Escola

Para todos os entrevistados a escola é um local de conflitos, tensões e preocupações. As reclamações abrangem problemas de infraestrutura, merenda ruim, professores mal pagos e desvalorizados, bem como educação de baixa qualidade.

No entanto, **quando se fala em escola, os temas que mais vêm à tona são a violência e educação sexual.** A violência, frequentemente, aparece muito conectada ao pânico pós-massacre em Blumenau³, e muitas mães ainda dizem que estão com medo de enviar os filhos à escola por conta do ocorrido.

3 N.E. O que ficou conhecido na mídia como "massacre de Blumenau" se refere ao assassinato de quatro crianças ocorrido em 05 de abril de 2023 na Creche Cantinho do Bom Pastor, localizada no município de Blumenau, no estado de Santa Catarina. Além de quatro crianças mortas, cinco ficaram feridas.

Para a maioria dos entrevistados, sobretudo para evangélicos e para quem votou em Bolsonaro, a educação sexual deve ser prerrogativa dos pais. Porém, uma parte dos entrevistados, sobretudo os que votaram em Lula, defende que a escola poderia abordar tais assuntos com cuidado, de forma paciente e pedagógica.

4. Violência

A violência cotidiana é algo central nas falas de todos os entrevistados. O medo em relação à exposição dos filhos a possíveis situações de violência nas ruas é algo que gera muita ansiedade e pânico entre mães e pais.

Muitos apontam que, **por conta dos altos índices de violência, e da onipresença do tráfico de drogas, é preferível que os filhos fiquem em casa na frente de telas (celular, tablet, computador e televisão)**. Ainda que entendam que isso implique em prejuízos sociais variados, os entrevistados se resignam afirmando que, dessa forma, seus filhos ficam mais protegidos da violência fora de casa.

Nesse sentido, as mães que votaram em Bolsonaro e se declaram evangélicas, destacam a importância de possuir uma casa própria como forma de se proteger. Isso é enfatizado pelas entrevistadas como a base material para a felicidade da família, mas também considerando a segurança de estar em um local distante de territórios mais violentos onde possam se sentir, de fato, seguras.

5. Internet

Conectada às discussões sobre violência e massacres nas escolas, outra questão abordada pelos entrevistados foi a exposição das crianças à internet. Tendo em vista que crianças e adolescentes passam boa parte de seu tempo livre online, há uma preocupação de pais e mães com a convivência social dos filhos e o tipo de conteúdo digital que estes consomem.

Todos os entrevistados afirmam que tentam, na medida do possível, filtrar o que os filhos podem ver ou não nas redes, e a questão é uma grande preocupação entre as famílias.

Mães e pais evangélicos tendem a interferir de forma mais incisiva na vida digital dos filhos em comparação aos demais, orientando quais comportamentos são mais ou menos desejáveis. Uma das mães que votou em Bolsonaro, por exemplo, orienta seus filhos a acessarem conteúdos do deputado federal Nikolas Ferreira e a não consumirem aqueles produzidos pelo influenciador Felipe Neto.

6. Economia

A economia, ao lado da violência, é outra questão que atravessa o cotidiano das famílias e é central em suas falas.

Todos os entrevistados vivem com medo constante de vir a enfrentar dificuldades econômicas. Seu cotidiano familiar é permeado pelo o que a literatura especializada qualifica como “viração”, ou seja, arranjos precários e ajudas financeiras mútuas que permitem que as famílias consigam sobreviver em meio a constantes ameaças à sua segurança material.

É comum entre as mães entrevistadas o sentimento de que nem sempre conseguem oferecer aos filhos um leque mais amplo de produtos alimentícios, de vestuário ou lazer.

Quem votou no atual presidente tende a ser mais otimista em relação à melhora da economia e procura destacar os programas sociais realizados durante o tempo em que o PT ocupou o governo federal.

Já aqueles que não votaram em Lula possuem baixas expectativas de melhora das condições econômicas do país, sendo que, quem votou em Bolsonaro, tende a condenar auxílios do governo, como o Programa Bolsa-Família, por deixarem as pessoas “preguiçosas”.

7. Governo Lula

No que tange às políticas públicas do governo Lula voltadas às famílias, os entrevistados consideram mais importantes aquelas ligadas à gênero e sexualidade, e à oferta de melhores serviços públicos e oportunidades econômicas.

Para as pessoas que votaram em Bolsonaro, Lula teria se aproveitado politicamente da pauta LGBTQIAP+ para ganhar os votos dessa comunidade de forma análoga ao que teria feito com os mais pobres nas eleições anteriores. Tal percepção causa ressentimentos sobretudo entre entrevistados evangélicos e eleitores de Bolsonaro.

Nesse sentido, é importante destacar que uma eleitora de Bolsonaro afirmou que o deputado federal Nikolas Ferreira teria defendido as mulheres ao se posicionar contra mulheres transgênero querendo “roubar” o lugar das mulheres no dia 8 de março e eclipsando a luta das mulheres “de verdade”.

Na visão de eleitores de Bolsonaro, e, em menor ênfase entre alguns eleitores nem-nem evangélicos, Lula deixa de proteger a família ao não se posicionar contra uma educação sexual tida como “libertária” nas escolas e em relação à pauta trans.

Em sua visão, o presidente deveria se opor explicitamente ao compartilhamento de banheiros por pessoas do mesmo sexo biológico, sobretudo em escolas, de modo a garantir proteção física e moral para crianças e mulheres.

Já os demais entrevistados, inclusive uma parte daqueles que se declaram evangélicos, defendem que é preciso fazer campanhas e falar sobre temas como gênero e sexualidade. Porém, ressaltam que é preciso comunicar tais questões com paciência, cuidado e respeito, sem imposições e radicalismos.

Em seu entendimento, a educação sexual poderia ser ofertada por meio de informações básicas para evitar gravidez precoce, por exemplo. Porém, acreditam que questões ligadas à orientação sexual deveriam ser tratadas em âmbito familiar. Ou seja, para eleitores que não votaram em Bolsonaro, o governo Lula não deve “incentivar” nenhum comportamento de forma explícita e, ao mesmo tempo, respeitar todas as pessoas.

Finalmente, todas as pessoas entrevistadas apontam que é necessário que o governo melhore a economia do país, investindo mais em educação, saúde e segurança.

Há um sentimento de urgência em relação à melhora dos serviços públicos, e muitas pessoas entrevistadas se sentem desesperadas e desamparadas pelo poder público.

Há, porém, quem destaque políticas do PT como FIES e PROUNI, afirmando que os governos petistas investiram na educação no passado. Porém, todos os entrevistados apontam que é preciso fazer mais, sobretudo no que tange à valorização salarial dos professores, segurança e melhor infraestrutura no ambiente escolar.

Considerações Finais

A partir das entrevistas realizadas, é possível considerar que há uma concordância geral a respeito da importância de políticas públicas que garantam segurança, educação, saúde, moradia e renda digna para que as famílias e seus respectivos lares possam, de fato, desfrutar de maior bem-estar material e psíquico. Sobretudo, tendo em vista a insegurança estrutural e a lógica de viração que perpassa o cotidiano da maior parte dos brasileiros.

No entanto, se para as pessoas que votaram em Lula existe a perspectiva de que é possível avançar nesse sentido nos próximos anos, entre as pessoas que não votaram no PT, especialmente entre aquelas que optaram por Bolsonaro, a perspectiva de um futuro melhor está ausente. Em suas falas, políticas públicas relacionadas ao bem-estar das famílias rapidamente suscitam falas a respeito de políticas públicas moralizantes relacionadas à gênero e sexualidade, sobretudo no âmbito das escolas, em um esforço de obter ordem em meio à percepção de uma insegurança generalizada.

A necessidade de ordem reaparece na importância concedida ao modelo tradicional de família (pai, mãe e filhos), tido como o único passível de assegurar, de fato, o bem-estar de seus membros. Nesse sentido, cabe ainda destacar que, se o campo conservador possui uma imagem bem delimitada de família, o mesmo não ocorre no campo progressista. Isso alimenta a percepção entre eleitores conservadores de que o campo progressista almeja destruir a família tradicional, criando, assim, um grave problema para a elaboração e comunicação de políticas públicas que visem o bem-estar das famílias, sobretudo, daquelas relacionadas à questões de gênero e sexualidade.

APÊNDICE > Perfis das pessoas entrevistadas

> Votaram em Bolsonaro nos dois turnos em 2018 e 2022:

- **mãe, 47**, ensino médio completo, diarista, 2,8 mil reais, evangélica, Belo Horizonte
- **mãe, 33**, ensino médio completo, recepcionista, 3 mil reais, evangélica, Belo Horizonte
- **mãe, 40**, ensino médio completo, do lar, 2,5 mil reais, evangélica, Belo Horizonte

➤ **Votaram no PT nos dois turnos em 2018 e 2022:**

- [mãe, 30](#), ensino médio completo, vendedora, 2 mil reais, católica, Recife
- [mãe, 41](#), ensino médio completo, vendedora, 1 mil reais, católica, Recife
- [mãe, 34](#), ensino médio completo, do lar, 2,5 mil reais, católica, Recife
- [pai, 30](#), ensino médio completo, educador social, 1,6 mil reais, católico, Fortaleza
- [pai, 41](#), ensino médio completo, educador social, 1,8 mil reais, católico, Fortaleza
- [pai, 34](#), ensino médio completo, agente administrativo, 1,6 mil reais, católico, Fortaleza

➤ **Optaram por votar nem em Lula e nem em Bolsonaro em 2018 e 2022:**

- [pai, 41](#), ensino médio completo, porteiro, 3,5 mil reais, católico, São Paulo
- [pai, 41](#), ensino superior completo, vigilante, 1,9 mil reais, católico, São Paulo
- [pai, 48](#), ensino médio completo, operador de máquina, 1,9 mil reais, católico, São Paulo
- [mãe, 59](#), ensino fundamental completo, aposentada, 3 mil reais, evangélica, São Paulo
- [mãe, 55](#), ensino fundamental completo, do lar, 4 mil reais, evangélica, São Paulo
- [mãe, 57](#), ensino fundamental completo, manicure, 3 mil reais, evangélica, São Paulo

Religião, democracia e a extrema direita



Acesse o [Webdossiê](#)